



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria

O Emprego Operacional das Unidades de Reconhecimento Blindado na Guerra de África (1961-1975)

Autor: Aspirante de Cavalaria Fábio André Jesus da Silva

Orientador: Coronel de Cavalaria Paulo Ramos

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria

O Emprego Operacional das Unidades de Reconhecimento Blindado na Guerra de África (1961-1975)

Autor: Aspirante de Cavalaria Fábio André Jesus da Silva

Orientador: Coronel de Cavalaria Paulo Ramos

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Junho de 2016

EPIGRAFE

"Never let the enemy pick the battle site."

General George S. Patton

DEDICATÓRIA

Ao meus pais e família,
por todo o seu apoio e ajuda durante a frequência do curso da Academia Militar,
à minha namorada pela sua paciência e amor,
ao meu irmão Patrick,
pelo apoio em todas as fases do meu percurso militar

AGRADECIMENTO

No decorrer deste trabalho foram várias as pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a sua realização. Sem querer ferir suscetibilidades, gostaria de agradecer a algumas dessas pessoas nas linhas que se seguem.

Começo por agradecer ao Coronel de Cavalaria Paulo Ramos, meu orientador, pela inteira disponibilidade, dedicação e ajuda, na realização deste trabalho.

Ao Tenente Coronel Miguel Freire, diretor do curso de Cavalaria da Academia Militar, pelo acompanhamento e orientação.

Ao Coronel de Cavalaria na Reforma António Ferreira, pela partilha das suas experiências na Guerra Colonial, as quais muitas vezes difíceis de relembrar.

Um agradecimento especial à D.^a Paula, funcionária da biblioteca da Sede da Academia Militar, pelo carinho e pelos longos períodos que cedeu do seu tempo para me auxiliar na pesquisa de informação.

Por último agradecer à minha família e à minha namorada pela paciência que me mostraram durante este período, e pelo seu apoio incondicional.

RESUMO

Com esta investigação pretende-se avaliar se as missões, a organização, os sistemas de armas, a instrução ou o treino das Unidades de reconhecimento, originalmente vocacionadas para atuar em operações convencionais, se constituíram como fatores limitadores do seu emprego na Guerra de África.

Na realização desta investigação foi feito um estudo pormenorizado dos fatores em cima referidos. Quanto às missões, organização, instrução e treino foi realizado um estudo comparativo entre aquilo que existia, e que era praticado, com aquilo que foi executado e utilizado na guerra de África. Este estudo pretendia perceber as diferenças que existiram, e se estas foram de facto uma influência limitadora ao emprego destas unidades. Quanto aos sistemas de armas, foram analisados aqueles que foram empregues em África, pretendendo-se assim perceber quais é que foram as restrições destes sistemas.

Para a realização desta investigação utilizamos o procedimento histórico e comparativo para realizarmos à comparação entre aquilo que existia e o que se executou no terreno, nos fatores missões, organização e instrução e treino. Na análise dos sistemas de armas utilizámos o procedimento histórico para a enumeração dos sistemas empregues e suas limitações. No final do estudo de cada fator deduzimos mediante os dados que foram sendo apresentados, se estes foram limitadores ao emprego destas unidades. Na recolha de dados utilizámos a pesquisa documental para a consulta de Quadros Orgânicos (QO), relatórios das unidades, relatórios das regiões militares, bem como manuais doutrinários das unidades de reconhecimento blindado. Utilizámos também a pesquisa bibliográfica para a consulta de teses sobre o reconhecimento blindado, artigos da Revista da Cavalaria, resenhas das campanhas de África, bem como livros alusivos à subversão e às campanhas de África.

No final deste trabalho verificámos que os sistemas de armas foram a maior limitação destas unidades, pelo simples facto de terem influenciado todos os outros fatores em análise. Contudo vemos que as razões desta influência sobre os outros fatores poderiam verificar-se em qualquer tipo de conflito, visto serem derivadas dos problemas de sustentação das viaturas. Realmente existiram pequenas limitações em todos os fatores de análise neste conflito, em relação ao convencional, sendo que nos parece que foram

contornadas com dedicação, e capacidade de improvisação das forças Portuguesas, para as ultrapassar.

Palavras-chave: Exército, Cavalaria, Guerra de África, Organização militar, Instrução Militar, Reconhecimento.

ABSTRACT

With this investigation it is intended to study if the missions, characteristics of units, the systems of weapons that were employed, the organization used, as well as, the instruction/training, were a factor that limited these units in a subversive war environment, regarding that they were aimed to act in conventional environments.

In the making of this investigation, a detailed study was made of the factors referred above. Regarding the missions, organization, and instruction/training, a comparative study was made between what existed, and what was practiced and used in the African war. This study wanted to understand the differences that existed, and if these were, in fact, a imitator influence to the employment of these units. Regarding the weapon systems, simply those that were delivered in Africa were analyzed, wanting, that way to understand what were the restrictions of these systems.

To the realization of this investigation, we used the historical and comparative procedures in order to compare what existed, and what was executed in the field, in the mission factors, organization and instruction/training. In the analysis of the weapon systems we used only the historical procedure to the numeration of the systems employed and its limitations. In the end of the study of each factor we deduced regarding the data that was being presented, if these were limiters to the employment of these units. To the gathering of data, we used the documental research to consult the organic structure, unit reports, military region reports, as well as doctrine manuals of the armored reconnaissance units. We used as well the bibliographical research to the consult of thesis about the armored reconnaissance, cavalry magazine reviews, African campaign reviews, as well as books allusive to the subversion and the African campaigns.

At the end of this study we found that weapons systems were the major limitation of these units, simply because they have influenced all the other factors analyzed. Yet we see that the reasons for this influence on other factors could occur in any kind of conflict, because they are derived from the vehicles support problems. Really there were minor limitations in all analysis factors in the conflict, compared to conventional, and it seems that were outlined with dedication and ability to improvise our strength to overcome them.

Key words: Army, Cavalry, Campaign for Africa, Military Organization, Military Education, Reconnaissance.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTO	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS	xii
LISTA DE APÊNDICES E DE ANEXOS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA	4
1.1. Enquadramento conceptual	4
1.1.1. Reconhecimento Blindado	4
1.1.2. Guerra Subversiva	4
1.1.2.1. Conceito de Guerra Subversiva	5
1.1.2.2. Finalidade e características da Guerra subversiva	6
1.1.2.3. Luta Contra a Subversão	7
1.1.3. Condicionamentos e vantagens das Unidades de Reconhecimento na Contra Subversão	7

1.1.4. Capacidade Militar de uma Força	8
1.2. Estudos sobre a temática	9
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	12
2.1. Método de abordagem	12
2.2. Tipo de abordagem	12
2.3. Método do procedimento	12
2.4. Modelo de análise	13
2.5. Delimitação da abordagem	15
2.6. Técnicas de recolhas de dados	15
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO POLÍTICO/ESTRATÉGICO	17
3.1. Situação social das Colónias	17
3.2. Início do Conflito	18
3.2.1. Angola	19
3.2.2. Guiné	19
3.2.3. Moçambique	20
CAPÍTULO 4 – ENQUADRAMENTO MILITAR	21
4.1. Caracterização dos Teatros de Operações	21
4.1.1. Terreno	21
4.1.2. Inimigo	22
4.2. Dispositivo das Nossas Forças	22
4.2.1. Angola	22
4.2.2. Guiné	23
4.2.3. Moçambique	24
CAPÍTULO 5 – MISSÕES CONVENCIONAIS vs MISSÕES E TAREFAS NA GUERRA SUBVERSIVA	25
5.1. Missões convencionais das Unidades de Reconhecimento Blindado	25
5.1.1. Segurança	25

5.1.2. Reconhecimento	27
5.1.3. Combate ligeiro	28
5.2. Missões e Tarefas das Unidades de Reconhecimento Blindado na Guerra de África	29
5.2.1. Missões na doutrina de Guerra Subversiva	29
5.2.2. Missões e tarefas desempenhadas no terreno	30
5.4. Síntese Conclusiva	31
CAPÍTULO 6 – SISTEMAS DE ARMAS DAS UNIDADES DE RECONHECIMENTO BLINDADO	35
6.1. Sistemas de Armas Existentes em Portugal	35
6.2. Sistemas de Armas utilizados em África.....	36
6.2.1. Autometralhadoras	36
6.2.1. Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal.....	38
6.3. Síntese Conclusiva	40
CAPÍTULO 7 – ORGANIZAÇÃO	42
7.1. Organização de uma Unidade de Reconhecimento Blindado	42
7.2. Organização durante a Guerra de África	43
7.3. Síntese Conclusiva	45
CAPÍTULO 8 – INSTRUÇÃO E TREINO.....	47
8.1. Instrução e treino antes de 1961	47
8.2. Instrução e Treino para um ambiente de Guerra Subversiva	48
8.3. Síntese Conclusiva	50
CONCLUSÃO.....	52
BIBLIOGRAFIA	56
APÊNDICES	I
ANEXOS	XX

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº1 - Modelo de análise.....	I
Figura nº2 - Missões convencionais vs Missões executadas no terreno.....	V
Figura nº3 - Humber MK IV	VI
Figura nº4 - GM Fox MK I.....	VIII
Figura nº5 - Panhard EBR 75	IX
Figura nº6 - Daimler MK III.....	XI
Figura nº7 - Panhard AML 60	XII
Figura nº8 - White M3A1 4x4.....	XIV
Figura nº9 - GM C15TA "Granadeiro"	XV
Figura nº10 - Panhard ETT.....	XVI
Figura nº11 - Chaimite V 200.....	XVII
Figura nº12 - Orgânica do ERec da Divisão de Infantaria	XVIII
Figura nº13 - Orgânica do ERec do Regimento de Corpo de Exército	XIX
Figura nº14 - QO 38 – 2B/UM ERec AML Panhard folha 1	XX
Figura nº15 - QO 38 – 2B/UM ERec AML Panhard folha 2	XXI
Figura nº16 - QO 38 – 2B/UM ERec AML Panhard folha 3	XXII
Figura nº17 - QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido folha 1	XXIII
Figura nº18 - QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido folha 2	XXIV
Figura nº19 - QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido folha 3	XXV
Figura nº20 - QO 38 83A/GAMO ERec Chaimite – AML Reduzido folha 1	XXVI
Figura nº21 - QO 38 83A/GAMO ERec Chaimite – AML Reduzido folha 2	XXVII
Figura nº22 - QO 38 83A/GAMO ERec Chaimite – AML Reduzido folha 3	XXVIII
Figura nº23 - QO 38 80A/UM ERec Chaimite folha 1	XXIX
Figura nº24 - QO 38 80A/UM ERec Chaimite folha 2	XXX
Figura nº25 - QO 38 80A/UM ERec Chaimite folha 3	XXXI

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

Quadro nº1 - Missões executadas pelos ERec e PelRec em Angola	30
Quadro nº2 - Missões executadas pelos ERec e PelRec na Guiné	30
Quadro nº3 - Missões executadas pelos ERec e PelRec em Moçambique.....	30
Quadro nº4 - Resumo das missões convencionais e das suas tarefas	31
Quadro nº5 - Tarefas executadas pelas unidades de Reconhecimento Blindado na guerra de África	32
Quadro nº6 - Missões e tarefas associadas das unidades de Reconhecimento Blindado	32
Quadro nº7 - Humber MK IV	VI
Quadro nº8 - GM Fox MK I	VIII
Quadro nº9 - Panhard EBR 75	IX
Quadro nº10 - Daimler MK III	XI
Quadro nº11 - Panhard AML 60.....	XII
Quadro nº12 - White M3A1 4x4	XIV
Quadro nº13 - GM C15TA "Granadeiro"	XV
Quadro nº14 - Panhard ETT	XVI
Quadro nº15 - Chaimite V 200	XVII

LISTA DE APÊNDICES E DE ANEXOS

Apêndice A – Modelo de Análise das Unidades de Reconhecimento Blindado na Guerra de África	I
Apêndice B - Articulação das Forças – Generalidades	II
Apêndice C - Missões Convencionais vs Missões executadas no terreno	V
Apêndice D - Humber MK IV	VI
Apêndice E - GM Fox MK I.....	VIII
Apêndice F - Panhard EBR 75	IX
Apêndice G - Daimler MK III	XI
Apêndice H - Panhard AML 60.....	XII
Apêndice I -White M3A1 4x4	XIV
Apêndice J - GM C15TA "Granadeiro"	XV
Apêndice K - Panhard ETT	XVI
Apêndice L - Chaimite V 200.....	XVII
Apêndice M - Orgânica do ERec da Divisão de Infantaria	XVIII
Apêndice N - Orgânica do ERec do Regimento de Corpo de Exército.....	XIX
Anexo A – QO 38 – 2B/UM ERec AML Panhard.....	XX
Anexo B – QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido	XXIII
Anexo C – QO 38 83A/GAMO ERec Chaimite – AML Reduzido	XXVI
Anexo D – QO 38 80A/UM ERec Chaimite	XXIX

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM	Autometralhadora
CC	Carros de Combate
CI	Centros de Instrução
CIE	Centros de Instrução Especial
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
COM	Curso de Oficiais Milicianos
CSM	Curso de Sargentos Milicianos
CTC	Comando Territorial do Centro
CTN	Comando Territorial do Norte
CTS	Comando Territorial do Sul
DAC	Direção da Arma de Cavalaria
EME	Estado Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
EPC	Escola Prática de Cavalaria
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IA	Instrução de Aperfeiçoamento
IAO	Instrução de Aperfeiçoamento Operacional
IB	Instrução Básica
IE	Instrução Especial
In	Inimigo
O.E	Objetivo Especifico
PelRec	Pelotão de Reconhecimento
Q.C	Questão Central
Q.I	Questão de Investigação
QO	Quadros Orgânicos
QOM	Quadros Orgânicos de Material
RAS	República da África do Sul

RC4	Regimento de Cavalaria n° 4
RL1	Regimento de Lanceiros n° 1
TO	Teatro de Operações
VB	Viatura Blindada
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal

INTRODUÇÃO

No âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, emerge o presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, no Mestrado de Cavalaria, submetido ao tema “*O Emprego Operacional das Unidades de Reconhecimento Blindado na Guerra de África (1961-1975)*”.

A escolha do presente tema tornou-se aliciante e motivador, devido ao facto de retratar uma parte da história militar portuguesa, mais propriamente a guerra de África. Aliado a isto, e dada a afinidade do autor à arma de Cavalaria torna-se interessante perceber o papel das unidades de reconhecimento num ambiente subversivo. Além do mais a carência de informações relativamente a esta temática torna a consecução desta investigação uma motivação para um futuro Oficial de Cavalaria dos Quadros Permanentes.

Com o ressurgimento da conflitualidade nas províncias ultramarinas portuguesas, em 1961, surge a necessidade de uma adaptação da doutrina militar portuguesa. Aparece assim uma oportunidade para o emprego das viaturas blindadas ligeiras que equipavam estas forças. Numa guerra que era feita na “picada” estas unidades providenciavam a proteção necessária a colunas militares, não comprometendo as mesmas em termos de mobilidade. De tal modo, é pertinente perceber se o emprego das unidades de reconhecimento blindado, orientado para as missões de reconhecimento e segurança em proveito das grandes unidades, teve a capacidade de fazer frente a um inimigo que não atuava numa lógica convencional. Na atualidade verifica-se que continuamos a ter unidades (não só de reconhecimento) organizadas, equipadas e treinadas para conflitos de natureza convencional, mas as missões que são cumpridas nos TO não são desta tipologia, o que torna ainda mais importante e aliciante esta investigação.

Após esta citação espera-se despertar a vontade no leitor de indagar a capacidade destas forças para atuação neste conflito. “A utilização em Angola da EBR Panhard não foi satisfatória. A principal dificuldade resultava do comprimento da peça, que não permitia o rodar da torre nas regiões densamente arborizadas. Para resolver este problema, só houve uma solução: desmontar a peça e colocar um projetor no seu lugar. Mas desta solução

resultava o desequilíbrio da torre oscilante, uma vez que faltava o peso do conjunto torre-peça” (Coutinho, 2012a).

O objetivo da presente investigação é *“Identificar se a organização, a instrução e treino e os sistemas de armas das unidades de reconhecimento blindado, assim como a suas missões orientados para a guerra convencional, foi um fator limitativo para o seu emprego em ambiente de guerra subversiva na guerra de África (1961/1975). Se sim, identificar as adaptações que foram adotadas para fazer face ao cumprimento das missões atribuídas”*.

Para podermos alcançar este objetivo no final da investigação temos como objetivos específicos (O.E) os seguintes:

O.E 1 – *“Identificar se as missões e tarefas desempenhadas nos teatros de operações (TO) de África enquadravam-se nas missões convencionais das unidades de Reconhecimento blindado”*

O.E 2 – *“Identificar quais os sistemas de armas empregues nos TO de África e quais as adaptações necessárias para o cumprimento das missões atribuídas”*.

O.E 3 – *“Identificar alterações necessárias à organização das unidades de reconhecimento blindado mobilizadas para os TO de África para fazer face às missões que lhes eram atribuídas”*.

O.E 4 – *“Identificar as alterações necessárias à instrução e treino das unidades de reconhecimento blindado para o seu emprego num ambiente de guerra subversiva”*.

Para atingirmos estes objetivos formulamos a seguinte questão central (Q.C): *“Terá a Organização, a Instrução e Treino, e os Sistemas de Armas das Unidades de Reconhecimento Blindado, assim como as suas missões orientadas para a Guerra Convencional, sido um fator limitativo para o seu emprego em ambiente subversivo na Guerra de África (1961/1975)? Se sim, quais as adaptações que foram aplicadas para fazer face ao cumprimento das missões atribuídas?”*

Para podermos responder a esta pergunta, estruturamos o trabalho em oito capítulos. No *Capítulo 1 – Revisão da Literatura* pretende-se dar ao leitor um enquadramento conceptual dos assuntos que vão ser retratados no trabalho e apresentar alguns estudos realizados nesta área de investigação, fazendo desta forma uma delimitação dos fatores que vão analisados. No *Capítulo 2 – Metodologia, Métodos e Materiais*, retrata-se o método e o tipo de abordagem utilizados, o método de procedimento adotado, o modelo de análise, bem como a delimitação do trabalho. Segue-se o *Capítulo 3 – Enquadramento Politico/Estratégico*, onde se mostra ao leitor o que originou o conflito, em que se insere a atuação das unidades de reconhecimento blindado, bem como as generalidades do desenrolar

do conflito em cada TO. No *Capítulo 4 – Enquadramento Militar*, caracteriza-se a articulação das forças, o terreno e o inimigo (In) nos TO. Seguidamente apresenta-se o *Capítulo 5 – Missões convencionais vs. Missões e Tarefas na Guerra Subversiva*, onde se apresentam as missões convencionais das unidades de reconhecimento e suas características, as missões e tarefas executadas no terreno, fazendo-se no final a comparação e resposta à primeira questão de investigação (Q.I). O *Capítulo 6 – Sistemas de armas das Unidades de Reconhecimento Blindado*, apresenta ao leitor os sistemas que foram mobilizados, as suas características, limitações, bem como adaptações necessárias para as contrariar, surgindo no final a resposta à segunda Q.I. O *Capítulo 7 – Organização*, explica a organização para o combate das unidades de reconhecimento blindado, as mudanças que se deram com o conflito e os motivos das mesmas, sendo que no final dá-se a resposta à terceira Q.I. O *Capítulo 8 – Instrução e Treino*, retrata em que consistia a instrução das unidades, e as mudanças que se verificaram com o início e o decorrer deste conflito, apresentando-se no final a resposta à última Q.I. Por último apresenta-se a *Conclusão* da presente investigação, onde se apresenta a resposta à Q.C, uma conclusão da investigação efetuada e as limitações do trabalho. No final é apresentada a *Bibliografia*, os *Apêndices* e os *Anexos do trabalho*¹.

¹ Fontes para o enquadramento conceptual são da época (década de 1960).

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Enquadramento conceptual

1.1.1. Reconhecimento Blindado

Na Cavalaria Blindada considerava-se dois tipos de unidades, as de Reconhecimento e as de Carros de Combate (CC) (Deslandes, 1956). Considerando unicamente as Unidades de Reconhecimento Blindado, vemos que elas se destinavam, em campanha, a recolher informações sobre o In, condições meteorológicas, terreno ou determinados recursos (Júnior, 1954).

As principais características das unidades de reconhecimento eram a grande mobilidade, potência de fogo apreciável e equilibrada, blindagem ligeira, grande profusão de meios de transmissão e uma organização flexível (Direção da Arma de Cavalaria [DAC], s/d; DAC, 1960). Grande mobilidade que lhes permitia deslocarem-se entre 25 a 30 Km/h em estrada, e 12 Km/h através do campo, desde que em terreno favorável, não muito acidentado ou densamente arborizado. Poder de fogo apreciável e equilibrada, porque estas unidades eram constituídas por elementos heterogêneos, cada um com características especiais, mas formando um conjunto bem equilibrado, além de terem órgãos de fogo protegidos por blindagem, apreciável dotação de armas automáticas, elementos de atiradores e armas de apoio, que proporcionavam esta característica a este tipo de unidades. Blindagem ligeira que permitia o combate montado e o movimento debaixo de fogo de armas ligeiras e estilhaços de Artilharia. Grande profusão de meios de transmissão que permitia aos comandantes exercer a sua ação e manter ligação com o comando de qual dependiam. Organização flexível em que os Pelotões e os Esquadrões de Reconhecimento (PelRec, e os ERec) adaptavam-se facilmente e rapidamente a qualquer tipo de situação, combinando de diversas formas os seus meios (DAC, s/d).

1.1.2. Guerra Subversiva

Os conflitos subversivos não são de agora, nem da altura da Guerra de África, são de todos os tempos, tão antigos quanto a própria guerra (Estado Maior do Exército [EME], 1966). Segundo esta obra os Exércitos sempre tiveram a necessidade de atuar contra populações revoltosas, como contra forças militares de um país In, mas estas necessidades nunca justificaram o estudo cuidadoso desta matéria e o estabelecimento de normas de atuação. Isto acontecia, segundo a mesma obra, porque os movimentos de revolta eram esporádicos, isolados e levados a cabo por grupos pequenos, bem como as ideias sobre liberdades e direitos do homem eram diferentes, permitindo sufocá-los pela força sem existirem consequências.

Isto mudou principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial, altura em que movimentos deste género começaram a aumentar, levando cada vez mais países a participar neste tipo de conflitos e a sentirem necessidade de estabelecer doutrina para empregar os seus Exércitos contra este tipo de forças (EME, 1966).

1.1.2.1. Conceito de Guerra Subversiva

Ao procurarmos uma definição para guerra subversiva podemos, segundo Pinheiro (1963), analisar as palavras que constituem o termo. Guerra será a luta pelas armas entre nações ou partidos e Subversiva será o que resolve, que revoluciona, o como atingir o estado desejado. Mas segundo o mesmo autor definir Guerra Subversiva só pelo significado das palavras que a constituem será algo muito vago, sendo que se torna indispensável apoiar-nos na definição de guerra subversiva. Cann (2012) afirma que o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) era o primeiro fórum para o estudo de assuntos militares em Portugal, e que no fim dos anos cinquenta as experiências de contraguerrilha da Grã- Bretanha e da França foram incluídas nas atividades curriculares do mesmo. Nos apontamentos para os trabalhos de aplicação do IAEM publicados em 1960² é adotada uma definição de um regulamento francês de 1956, onde diz que a guerra subversiva era uma:

“Guerra conduzida no interior dum território por uma parte dos seus habitantes (ajudados e reforçados ou não do exterior) com a finalidade de retirar às autoridades (de direito ou de facto) o controle desse território ou, no mínimo, de paralisar a sua acção”

Esta definição adotada do regulamento francês era a mesma que vinha referida por autores, como Pinheiro (1963, p. 18), Amaral (1966, p.258), ou mesmo no manual “O

² PT/AHM/FE/40/459

Exército na Guerra Subversiva” (1966, Vol.1, Cap.1, p.1), que segundo Cann (2012) foi o culminar de várias publicações emanadas pelo IAEM e pelo Estado Maior do Exército.

1.1.2.2. Finalidade e características da Guerra subversiva

A finalidade da guerra subversiva³ era a “transformação, mais ou menos completa, de uma estado de coisas pelo emprêgo de meios violentos”⁴, podendo esta finalidade ser total e visar a substituição da sociedade por outra sociedade⁵. Tal como Pinheiro (1963) afirmava, a luta travava-se contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas no território, isto é, contra as autoridades legais ou de ocupação, sendo que a finalidade era “depor essas autoridades ou, no mínimo, paralisar a sua ação, conseqüentemente, para conseguir uma alteração da situação existente” (Pinheiro, 1963, p.19).

Mas podemos ver que, para todos os casos, para atingir esta finalidade tinha que se passar obrigatoriamente por uma fase, que era a conquista das populações⁶. Segundo o EME (1966), esta consistia na mais importante característica da guerra subversiva. Ainda segundo o mesmo autor a população é o meio em que a subversão se processa, é o objectivo a conquistar, e é também um dos meios utilizados para atingir esse objectivo. A população é o “quadro” onde se desenrola a luta e contém no seu seio o In ou o cúmplice do In, sendo que assim, toda a ação que não tem por fim a sua conquista é inútil, levando ao fracasso⁷. Uma segunda característica fundamental tinha por base que a guerra subversiva não podia ser circunscrita ao território em que se processava, ela era sempre influenciada do exterior e quase sempre fomentada, dirigida e alimentada do exterior. Como última característica deste tipo de guerra tínhamos a sua enorme complexidade. Esta resultava das duas características anteriores, e ainda do carácter clandestino do In, da sua diversidade de meios e processos, e do facto de se tratar de uma guerra de superfície (EME, 1966). O carácter clandestino do In resulta de que ele é obrigado a viver “sub-repticiamente”⁸, de forma a que não seja

³ A ação subversiva era executada por fases. Estas estão constantes no capítulo I do manual “O Exército na Guerra Subversiva” (1966): Fase preparatória, Fase de Agitação, Fase do Terrorismo e da Guerrilha, Fase do Estado Subversivo e Fase Final ou de Guerra propriamente dita

⁴ PT/AHM/FE/40/459

PT/AHM/FE/40/171

⁵ PT/AHM/FE/40/459

⁶ PT/AHM/FE/40/459

PT/AHM/FE/40/171

⁷ PT/AHM/FE/40/459

PT/AHM/FE/40/171

⁸ Escondido

descoberto e destruído antes de atingir os objectivos a que se propôs. A diversidade de meios e processos, significa que podem ser todos quantos se possa imaginar. Devido a iniciar-se de forma clandestina, este tipo de conflito alastrava-se até cobrir toda a superfície, sendo que os dois adversários se encontravam “misturados” ou “justapostos” sobre um meio que era a população, e não frente a frente, existindo assim um clima de insegurança (EME, 1966).

Esta ideia é confirmada por outro autor, que resumidamente, refere que como características deste tipo de guerra tinhamos principalmente as seguintes:

“A imperiosa necessidade de conquista da população; o valor e significado das influências que se processam no exterior do território; a enorme complexidade, derivada das características já referidas do carácter clandestino do inimigo, da diversidade de meios e processos utilizados e do facto de se tratar duma guerra em superfície” (Amaral, 1966, p.259).

1.1.2.3. Luta Contra a Subversão

A luta contra a subversão tinha por finalidade essencial contrariar a principal característica de uma guerra subversiva. Assim este tipo de luta tinha por fim conservar ou reconquistar o apoio da população. Para além da reconquista da população, tinha também que manter ou restabelecer um controle efetivo de todo o território, e conseguir o apoio dos dirigentes e da opinião pública de certos países. Para isto as forças necessitavam de assegurar um livre exercício pelas autoridades que estavam estabelecidas, o funcionamento das instituições e dos serviços, bem como a salvaguarda de tanto pessoas como bens (EME, 1966).

1.1.3. Condicionamentos e vantagens das Unidades de Reconhecimento na Contra Subversão

O seu tipo de missões neste tipo de conflito levava a que estas unidades tivessem assim a sua atividade estreitamente ligada às vias de comunicação, pelas quais tinham que se deslocar, estacionar e combater, o que na sua ausência dificultava o seu emprego (EME, 1966; Amaral, 1966). Segundo Nogueira (1967) os maiores condicionamentos ao emprego destas unidades era a difícil e onerosa aquisição das viaturas, a sua manutenção mais especializada e reabastecimento mais especializado, além da menor traficabilidade em zonas muito arborizadas. Para Amaral (1966) as desvantagens do emprego destas unidades eram a disponibilidade de itinerários, os terrenos de vegetação densa que dificultavam a visibilidade, a escassez de potencial humano para atuar e manobrar em terrenos muito

cobertos e sem itinerários, a falta de equipamento adequado para ações apeadas e a necessidade de haver um pesado apoio logístico. Nos terrenos de vegetação densa os blindados eram “cegos” e lentos, e os guerrilheiros, mesmo quando não dispunham de meios como lança granadas foguete e canhões sem recuo, eram peritos na improvisação de meios para destruir ou paralisar os blindados. Além disso o terreno facilitava-lhes a utilização desses meios (EME, 1966).

Convém frisar que para o EME (1966) isto não significava que estas unidades seriam menos importantes neste tipo de conflito do que numa guerra convencional. Pelo contrário, a importância das vias de comunicação neste tipo de conflito, em especial nos territórios ultramarinos, e o maior rendimento deste tipo de unidades em relação às de infantaria, na sua proteção, tornavam estas unidades indispensáveis, sendo que era aconselhado muitas vezes aumentar a sua proporção. Para Amaral (1966) as unidades de reconhecimento podiam ter um papel de relevo na luta contra a subversão em função das suas características, anteriormente referidas, e dos seus modos de atuação. Além da rapidez de intervenção e da proteção contra ações de emboscada do In, para este autor, estas unidades tinham a capacidade de atuar em grandes espaços e em situações fluidas, bem como aptidão para a obtenção de informação. Em função das suas características estas unidades tinham muito maior poder de fogo e efeito psicológico sobre o In (Nogueira, 1967). Segundo Ramos (1961) a utilização destas unidades era de grande utilidade devido às suas possibilidades de velocidade e poder de fogo, já antes referidas, mas também da própria formação dos quadros, educados normalmente em emprego descentralizado.

1.1.4. Capacidade Militar de uma Força

Ao empregar forças de reconhecimento blindado em África, era lógico que as mesmas deveriam ter capacidade militar para cumprir as missões que lhes fossem atribuídas. Analisando assim o conceito de capacidade militar vemos que se trata de um “conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014, p. 23657), sendo que para a realização deste conjunto de tarefas ou efeito a atingir, este conjunto de elementos englobam as componentes

da “doutrina⁹, organização¹⁰, treino¹¹, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade” (MDN, 2014, p. 23657).

1.2. Estudos sobre a temática

Segundo Afonso & Gomes a Guerra Colonial onde Portugal esteve envolvido entre 1961 e 1974 nos TO de Angola, Guiné e Moçambique apresentava “...muitos dos aspectos comuns aos conflitos que as potências coloniais europeias enfrentaram após a II Guerra Mundial” (2009, p. 435). Tal como estas potências, os Estados Unidos da América (EUA) foram um exemplo disso com sua participação na guerra do Vietname. Sendo que o emprego operacional das unidades de reconhecimento blindado portuguesas na guerra de África tem sido alvo de pouca investigação, vamos examinar as investigações feitas por os Americanos sobre o emprego deste tipo de unidades na contra subversão.

Kerns (2006), na sua tese de mestrado, faz um estudo sobre a organização e equipamento das unidades de reconhecimento blindado que combateram no Vietname. Este autor começa por fazer um enquadramento das forças americanas no Vietname e um resumo sobre o terreno e o In que estas forças encontraram. A parte essencial do trabalho é a comparação das missões doutrinárias das unidades de reconhecimento blindado com as missões e tarefas que realmente foram executadas pelas unidades no terreno, bem como a descrição dos equipamentos e da organização usada por estas unidades durante este conflito, e as suas adaptações para um combate em terreno restritivo¹², e contra uma ameaça irregular¹³. Pode-se perceber com este estudo que o autor defende que a organização destas unidades baseada num sistema de armas combinadas¹⁴ e o equilíbrio entre as suas principais

⁹ A doutrina é o “conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército” e compreende um “conjunto de conceitos, táticas, técnicas, procedimentos e termos de carácter operacional” (Exército Português, 2008, pp. 1-2)

¹⁰ A organização refere-se à forma como se estruturam os meios e o pessoal dentro de uma unidade. Uma Unidade ou Subunidade é orgânica quando faz parte permanente dessa unidade, estando descrita no QO (pessoal e material) (Exército Português, 2012b)

¹¹ “Através do treino, os soldados, comandantes e unidades alcançam a competência técnica que lhes garante a confiança necessária para conduzir operações com sucesso em todo o espectro do conflito. O treino orientado para a missão prepara os militares e as unidades para a projecção e para o combate” (Exército Português, 2012a, pp. 1-18)

¹² Terreno que oferece alguma restrição ao movimento

¹³ “As ameaças irregulares são constituídas por oponentes que empregam métodos e meios não convencionais para atingir os seus objetivos” (Exército Português, 2012a, pp. 1-6)

¹⁴ “Este conceito representa a aplicação simultânea e sincronizada dos elementos de potencial de combate para alcançar um efeito sinérgico na ação militar. As armas combinadas utilizam as capacidades de cada uma das funções de combate e informação em complementaridade e em reforço mútuo” (Exército Português, 2012a, pp. 2-37).

características de poder de fogo¹⁵, mobilidade¹⁶, protecção¹⁷ e efeito de choque¹⁸ foram razões para o sucesso do seu emprego.

Peters (2005), na sua tese de mestrado, também realiza uma análise sobre o emprego destas unidades no Vietname. A abordagem deste autor a este tema é em tudo semelhante à abordagem de Kerns, sendo que enfatiza muito mais na comparação entre as missões doutrinárias com as missões e tarefas executadas no terreno, e pouco na descrição do equipamento e da organização utilizadas por estas unidades. O autor defende que existiu uma metamorfose entre as missões doutrinárias e as tarefas executadas no terreno, e que essa metamorfose se deveu à natureza do terreno e também a uma falta de preparação doutrinária, este último devido ao fluxo doutrinário do início dos anos sessenta sobre mitos da guerra do Vietname. O autor afirma ainda que apesar das mudanças que existiram a nível doutrinário, devido às exigências de uma teatro de guerra complexo e multifacetado, o reconhecimento blindado a seguir à guerra voltou ao seu papel inicial, sendo que a maior do que se adaptou foi relegado para manuais periféricos.

Analisando outro autor podemos verificar que os estudos sobre este tipo de unidades, variando um ou outro fator de análise, seguem a mesma linha de pensamento. Baker (2012) na sua tese de mestrado afirma que as unidades desde a Segunda Grande Guerra estavam estruturadas de uma forma convencional, equipadas para combater conflitos de grande intensidade, contra outros exércitos equiparáveis. Afirma também que foram surgindo muitos conflitos de baixa intensidade, como foi o caso do Vietname, em que as nações como resposta empregaram as forças que tinham à sua disposição, que eram normalmente blindadas ou mecanizadas. O resultado que o autor queria provar com o seu estudo era de que forma é que essas unidades tinham sido empregues, e se tinham sido bem sucedidas. Este autor, apesar de focar o seu estudo nas unidades de CC e não no reconhecimento blindado, faz uma análise em tudo semelhante aquela que foi feita pelos autores anteriores em relação às unidades de reconhecimento blindado. Ele incide esta análise no estudo da situação vivida, do terreno, das táticas usadas pelos insurgentes, das modificações aos

¹⁵ Resulta normalmente das características do armamento principal e dos projéteis que cada viatura blindada utiliza (Sousa H. C., 1985).

¹⁶ Capacidade da viatura se deslocar sob quaisquer condições meteorológicas e de terreno (Sousa H. C., 1985)

¹⁷ Evitar a deteção, ser batido por fogo, bem como, resistir aos efeitos do fogo adversário e suportar os danos sofridos (Sousa H. C., 1985).

¹⁸ Choque resulta da aplicação da violência esmagadora sobre o In sendo que tem como resultado a desorganização e a paralisação da sua ação. A ameaça do uso da força tem um efeito psicológico de aumento do efeito de choque (Exército Português, 2012a).

equipamentos e à doutrina, e no final na determinação do sucesso ou fracasso destas mesmas unidades.

Comparando as componentes da capacidade militar de uma força, com os fatores referidos nos estudos anteriores, podemos constatar que a Doutrina (neste estudo vamos tomar em conta unicamente as missões doutrinárias), a organização, e o material (neste estudo vamos ter em conta unicamente os Sistemas de Armas¹⁹) são coincidentes. Ainda tomando em conta os estudos referenciados anteriormente, é possível verificar que a análise do terreno, bem como da situação parecem fundamentais para perceber a influência destas componentes no emprego operacional das unidades de reconhecimento blindado. Como no presente trabalho se está a analisar o emprego de uma força num ambiente de subversão, considera-se também fundamental a análise da componente do treino para compreender as mudanças que possam ter ocorrido na preparação destas forças

¹⁹ “... a combinação de uma ou mais armas, com todos os equipamentos, materiais, serviços, pessoal e meios de transporte e projeção (se aplicável), necessários para a sua autossustentação” (Santos, 2010, pp. I-1)

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

2.1. Método de abordagem

Neste trabalho o método de abordagem que vamos seguir para orientar o estudo das unidades de reconhecimento blindado na guerra de África será o método dedutivo²⁰. Pretende-se assim neste trabalho verificar de uma forma dedutiva se o emprego operacional das unidades de reconhecimento blindado na guerra de África foi limitado pelos fatores, missão, organização, sistemas de armas utilizados, e instrução e treino das unidades que estavam orientadas para as operações convencionais, fatores estes, já mencionados na revisão de literatura. Analisa-se desta forma cada um dos fatores para perceber se eles foram individualmente uma limitação ao emprego das unidades em África. Na conclusão vai deduz-se, mediante as premissas apresentadas anteriormente em cada um dos fatores, quais foram as limitações, se existiram.

2.2. Tipo de abordagem

A abordagem deste trabalho é uma abordagem qualitativa, pois os dados que pretendemos analisar são qualitativos. Estes dados a analisar, como já referido anteriormente e no capítulo da revisão da literatura, são as missões destas unidades, os seus sistemas de armas, a sua organização e sua instrução e treino. Pretende-se a análise do tipo de missões e não quantificá-las, a análise do tipo de Sistemas de Armas e não da quantidade que foi empregue, da organização para o combate que estas unidades tinham, e se a instrução e treino era a adequada para aquela realidade.

2.3. Método do procedimento

²⁰ “que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 220). E caracteriza-se por todas as premissas serem verdadeiras, logo a conclusão também ter que ser verdadeira. Toda a informação que está presente na conclusão está pelo menos implicitamente nas premissas (Marconi & Lakatos, 2003).

Segundo Marconi & Lakatos os métodos de procedimentos²¹ seriam “etapas mais concretas da investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas” (2003, p. 106). Neste trabalho estão presentes dois métodos de procedimento: o histórico e o comparativo.

O método histórico²² porque vamos estudar um acontecimento do passado, em que analisa-mos o que se passou com as unidades de reconhecimento blindado na guerra de África.

O Método Comparativo²³ porque vamos comparar em cada um dos fatores o que as unidades traziam antes do início da guerra, com o que efetivamente se passou no terreno e perceber se essas diferenças, a existirem, foram limitativas ao emprego destas unidades.

2.4. Modelo de análise

Como já referido neste estudo pretende-se analisar o emprego operacional das unidades de reconhecimento blindado na guerra de África. Como já mencionado na revisão de literatura este conflito tinha as características de uma guerra subversiva. Na revisão de literatura já analisámos outros estudos realizados sobre o emprego de unidades de reconhecimento blindado em conflitos subversivos. Da análise desses estudos e da capacidade militar de uma força retiramos quatro fatores para orientarmos o nosso estudo. Foram eles as missões características das unidades de reconhecimento blindado, os seus sistemas de armas, a sua organização, e a instrução e treino destas unidades.

Mediante o tema do trabalho ser o estudo do emprego operacional das unidades de reconhecimento blindado e os fatores acima referidos, o objetivo do trabalho é responder à QC: *“Terá a Organização, a Instrução e Treino, e os Sistemas de Armas das Unidades de Reconhecimento Blindado, assim como as suas missões orientadas para a Guerra Convencional, sido um fator limitativo para o seu emprego em ambiente subversivo na Guerra de África (1961/1975)? Se sim, quais as adaptações que foram aplicadas para fazer face ao cumprimento das missões atribuídas?”*

²¹ Como métodos de procedimento temos o histórico, o comparativo, o monográfico, o estatístico, o tipológico, o funcionalista, e o estruturalista (Marconi & Lakatos, 2003)

²² “Consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 107)

²³ Este método realiza “comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. É usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quando entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 107)

Para estudar mais pormenorizadamente cada fator de análise pretende-se responder às seguintes questões de investigação:

Q.I 1 - *“As missões e tarefas desempenhadas nos TO de África enquadravam-se nas missões convencionais das unidades de reconhecimento blindado?”*

Q.I 2 - *“Quais os sistemas de armas empregues nos TO de África e quais as adaptações necessárias ao cumprimento das missões atribuídas?”*

Q.I 3 - *“Foram necessárias alterações à organização das unidades de reconhecimento blindado mobilizadas para os TO de África para fazer face às missões que lhes eram atribuídas?”*

Q.I 4 - *“Foram necessárias alterações à instrução e treino das unidades de reconhecimento blindado para o seu emprego num ambiente de guerra subversiva?”*

Posto isto criámos um modelo de análise²⁴ para estudar estes fatores e perceber a sua influência no emprego operacional das unidades de reconhecimento blindado. Este modelo consistia no estudo de cada fator independentemente e, tal como referido na revisão de literatura, ter-se-á em conta a influência do terreno e do In.

Seguindo este modelo de análise o estudo começa pelo fator “missões”. Neste fator, utilizando o método histórico e comparativo, vamos analisar os manuais da época e perceber quais eram as missões características destas unidades. Vamos analisar os seus relatórios e perceber quais foram na realidade as missões e tarefas executadas no terreno. De seguida vamos comparar as duas e perceber se as missões e tarefas executadas na realidade se enquadravam nas missões características, e constantes em manual, destas unidades.

No segundo fator de análise em estudo e seguindo o método histórico vamos descrever quais os sistemas de armas que foram empregues nos TO. Esta informação é retirada dos vários relatórios das unidades, artigos ou manuais com as características e limitações mais importantes destes sistemas. Em último caso pretende-se perceber qual a influência das limitações no emprego destas unidades, e que adaptações foram feitas para as contrariar.

No terceiro fator de análise vamos comparar a organização para o combate destas forças antes de 1961 (análise dos QO das unidades) e depois do início da guerra (análise dos vários relatórios, quer das unidades quer das regiões militares). Vamos analisar que

²⁴ Ver esquema do modelo de análise no apêndice A

diferenças existiram, o que é que as provocou, e se a organização antes de 1961 era a adequada para o emprego destas unidades em ambiente subversivo.

Por último a análise da instrução e treino, em que se pretende comparar o que era feito antes do início da guerra (Manuais da época e Regulamentos de Instrução) com o que era feito depois do início da guerra (relatórios das unidades e das regiões militares). Nesta comparação pretende-se analisar o que mudou, e o que foi feito em específico para o combate em ambiente subversivo.

2.5. Delimitação da abordagem

A presente investigação incide temporalmente no período de 1961 a 1975, no qual decorreram operações de forças portuguesas em África. Como já tinha sido abordado anteriormente na revisão de literatura, este estudo está delimitado á análise de quatro fatores, sendo eles as missões, a organização, os sistemas de armas e a instrução e treino. São alvo deste estudo unicamente unidades de escalão Esquadrão e Pelotão, por terem sido as únicas a desempenharem missões como unidades de reconhecimento. Em relação aos sistemas de armas é de salientar que não faz parte deste trabalho o estudo de CC.

2.6. Técnicas de recolhas de dados

Para Marconi & Lakatos “toda a pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas utilizadas” (2003, p. 174). Ainda segundo o mesmo autor este levantamento de dados é realizado por pesquisa documental²⁵ ou pesquisa bibliográfica²⁶, dependendo se são fontes primárias ou secundárias.

Na presente investigação foram usadas as duas técnicas de recolha de dados. A pesquisa documental materializou-se na consulta de Quadros Orgânicos (QO), relatórios das unidades, relatórios das regiões militares, bem como manuais doutrinários das unidades de reconhecimento blindado. A pesquisa bibliográfica materializou-se na consulta de teses

²⁵ Pesquisa documental “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se domina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que facto ou fenómeno ocorre, ou depois” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 174)

²⁶ A pesquisa bibliográfica “ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”

sobre o reconhecimento blindado, artigos da Revista da Cavalaria, resenhas das campanhas de África, bem como livros alusivos à subversão e às campanhas de África.

CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO POLÍTICO/ESTRATÉGICO

3.1. Situação social das Colónias

O projeto que o Estado Novo tinha para Portugal implicava que se mantivessem, a todo o custo, os territórios ultramarinos. Esta política tornou-se mais hostil a partir do momento em que se intensificaram os movimentos descolonizadores, e no período de 1956 a 1960 em que novos países Asiáticos e Africanos passaram a fazer parte da ONU (Cervelló, 1998 citado em Lopes, 2014). Segundo Cann (2012) o compromisso de defesa das colónias por parte de Portugal teve origem na promessa económica das mesmas e nas políticas inflexíveis de António Salazar face à oposição, tanto interna como externa, ao império africano português. Segundo o mesmo autor, Portugal encontrava-se em África desde 1947, o que significava mais tempo do que qualquer outra potência colonizadora. O declínio comercial no oceano pacífico em 1578, a perda do Brasil em 1822 e a oportunidade falhada de posse da costa da África Austral em 1890, levou a que o esforço de manutenção do império colonial Português ficasse reduzido ao desenvolvimento das colónias de Angola e Moçambique. Estas colónias significavam assim, para as mentes portuguesas, a promessa de uma renovada prosperidade e a ideia de que, por pertencerem ao império português há tantos anos, tinham que ser defendidas a todo o custo. Num editorial de Marcelo Caetano em “O Mundo Português” fica demonstrado o quanto era importante a defesa destas colónias “Africa is for us a moral justification and a raison d’être as a power. Without it we would be a small nation; with it, we are a great country” (Cann, 2012, p. 32). Na década de cinquenta o clima revolucionário em África aumentou. As humilhações da elite crioula e a discriminação a que eram sujeitos vieram colocar os “gritos” de revolta em níveis muito preocupantes. Ventos de mudança estavam a soprar por toda a África (Cann, 2012).

Durante a década de cinquenta foram feitas reformas que podiam revelar o aumento da preocupação com o Ultramar, já com vista ao que viria a acontecer num futuro próximo, já que no período de 1959 a defesa do império português passou principalmente para Angola, Moçambique e Guiné (Telo, 1998 como referido em Lopes, 2014). “Prova disso é a diretiva

do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) de 20 de Janeiro de 1960 referindo que “a ameaça principal deixou de ser a Espanha e passou a situar-se em África, pelo que, devíamos-nos preparar para uma guerra defensiva contra os países vizinhos e para uma guerra subversiva no seu interior” (Afonso & Gomes, 2009, p. 37). Em termos de apoios internacionais segundo Cann (2012) o isolamento de Portugal veio a crescer desde que Portugal se tornou membro das Nações Unidas em 1955. Portugal vinha a sofrer pressões e vetos dos membros, principalmente da União Soviética, quanto à questão das colónias. Segundo o mesmo autor, esta agitação aumentou com a entrada de novos Estados independentes nas Nações Unidas e também devido aos relatórios de violação dos direitos humanos nas colónias, principalmente através de um relatório do capitão Henrique Galvão. Este relatório descrevia as condições de trabalho em Angola e continha um aviso contra a sua continuação. Ainda segundo o mesmo autor, este assunto foi discutido ao longo de vários anos tornando-se crítico em 1961 quando o apoio da NATO a Portugal começou a falhar. Os EUA, sobre a presidência de John F. Kennedy, juntara-se à União Soviética na condenação da política africana de Portugal. Este evento levou a que Portugal se encontrasse cada vez mais isolado, sem o apoio dos seus mais importantes aliados, o que era um grande revés na nossa política colonizadora. “This event was an enormous blow to Dr. Salazar, who criticized the United States for voting with the Soviet Union in the face of historical opposition to Soviet diplomatic and military activity” (Cann, 2012, p. 46).

Foi este o pano de fundo em que tiveram início os ataques subversivos em Angola, o primeiro no mês de Janeiro, e logo depois em 4 de Fevereiro e a 15 de Março. (Ferreira J. J., 2009). Portugal encontrava-se assim à entrada da década de sessenta, nas vésperas de um período que iria ser marcado por um enorme esforço para sustentar uma força destacada a longas distâncias (Telo, 2010), enfrentando a tarefa extremamente ambiciosa de conduzir três campanhas de contra subversão (Angola, Guiné e Moçambique) (Cann, 2012). “O esforço português, em termos proporcionais, representou muito mais do que o esforço dos EUA no Vietname ou o da França na Argélia e esse esforço só foi possível recorrendo a apoios externos, que dependiam do enquadramento da questão colonial no sistema internacional de então” (Telo, 2010, p. 15). Segundo Ferreira (2009), Portugal ia ser posto à prova a um desafio que só tinha comparação com as campanhas da Restauração, e no esforço para expulsar o invasor francês durante as Guerras Napoleónicas.

3.2. Início do Conflito

3.2.1. Angola

Foi no final do ano de 1960 que se deram os primeiros incidentes em Angola. Estes incidentes começaram na baixa do Cassange e em Catete, sendo considerados um ensaio para ações mais vastas que viriam a suceder. Em 4 de Fevereiro de 1961 deu-se um ataque à cadeia de S. Paulo para tentar libertar presos de ações anteriores, sendo que esta ação além de provocar várias mortes entre os atacantes e alguns polícias levou a que existissem agressões e tumultos por vários meses nos musseques²⁷. Foram também realizados ataques a fazendas no Norte de Angola, isto já a partir de 15 de Março de 1961, onde se registaram baixas de cerca de mil e duzentos europeus e seis mil africanos que trabalhavam nessas mesmas fazendas. Porém o primeiro ataque a colunas militares só se deu em 5 de Abril de 1961, nos Dembos, na região de Cólua, em que o armamento utilizado era muito rudimentar. Em finais de Maio de 1961 a subversão entendia-se a quase todo o Norte de Angola, ao contrário do que acontecia em Cabinda em que os primeiros ataques subversivos só se deram em 12 de Abril (Ferreira J. J., 2009).

Com o passar do tempo e com a atividade das tropas portuguesas, foi-se registando que as ações dos insurgentes²⁸ ficaram confinadas a zonas do terreno mais inacessíveis, e em meados de 1962 as áreas de maior atuação destes agentes abrangiam sobretudo as regiões de Noqui-Lufilo, Bessa Monteiro, Quicabo, Camabatela, Mucaba e Maquela (Ferreira J. J., 2009).

3.2.2. Guiné

“Os antecedentes do início das ações armadas na Guiné começaram em 1956, entre as etnias nalú e balanta” (Ferreira J. J., 2009, p. 186). Em 1958 registaram-se algumas greves em Bafatá e em 3 de Agosto de 1959, no cais do Pigiguiti e em Bissau do qual resultaram algumas mortes. A luta armada através da guerrilha foi decretada em Agosto de 1961. Em 30 de Junho, e 1 de Julho de 1962 deram-se algumas sabotagens junto à fronteira Sul, sendo que nos meses anteriores as autoridades portuguesas tinham desmantelado várias redes subversivas. A subversão armada teve efetivamente lugar em Janeiro de 1963, com o ataque

²⁷ Bairros periféricos de Luanda

²⁸ Um insurgente atua de uma forma disfarçada sendo confundido no meio da população, e tem como objetivo, segundo Petraeus, conquistar as mentes e os corações da população, fazendo desacreditar o governo de direito num determinado país (citado em Pires, 2014).

ao quartel de Tite, as emboscadas na região de Bedanda, no Litoral Sul, e as ações violentas na região do Óio, a Nordeste de Bissau (Ferreira J. J., 2009).

3.2.3. Moçambique

A partir do ano de 1961, Moçambique passou a tomar medidas preventivas nas suas ações de contra subversão, muito em parte devido aquilo que se passava em Angola e na Guiné. A subida de violência na subversão teve início em Agosto de 1964 com dois ataques. O primeiro ataque a um padre da missão de Nangololo, nesse mesmo mês, e o segundo a um posto administrativo de Chai, em 25 de Setembro de 1964. Estes dois ataques foram precedidos por várias ações subversivas entre populações Macondes e Nianja (Ferreira J. J., 2009).

CAPÍTULO 4 – ENQUADRAMENTO MILITAR

4.1. Caracterização dos Teatros de Operações

4.1.1. Terreno

Pela análise do terreno nestes territórios podemos ver que estes eram na sua maioria de vegetações extensas, tanto nas planícies como nas regiões mais acidentadas. Contudo existiam extensas zonas fracamente arborizadas ou de vegetação escassa, até mesmo desérticas. Nestes territórios o terreno apresentava características especiais motivadas, principalmente, pelo clima, que juntamente com a vegetação, acidentação do terreno, cursos de água e natureza do solo criavam às nossas forças muitas dificuldades. O clima era caracterizado por existirem duas estações. A primeira, a das chuvas, caracterizava-se por ser quente e muito húmida, chovendo abundantemente. A segunda, a estação seca, registava temperaturas mais baixas, a pluviosidade era menor, sendo que a humidade se mantinha elevada. Este tipo de clima originava vegetações exuberantes, tanto nas planícies como nas regiões acidentadas, bem como agravava as já existentes dificuldades do terreno (EME, 1966).

Os terrenos montanhosos restringiam a mobilidade e, conseqüentemente, o emprego dos blindados era limitado às proximidades das vias de comunicação existentes. Os terrenos pantanosos eram impraticáveis a viaturas de qualquer espécie, fora das estradas ou caminhos. Os terrenos densamente arborizados (apresentavam maiores dificuldades às forças militares) provocavam uma visão limitada e uma mobilidade reduzida. A mobilidade era reduzida pela falta de vias de comunicação e pela dificuldade que a vegetação oferecia ao deslocamento fora dessas vias. Este tipo de terreno facilitava emboscadas à queima-roupa e que o In fugisse sem ser visto (EME, 1966).

Em relação à maior parte das vias de comunicação (onde as forças blindadas desempenhavam a maior parte das suas missões) existentes nestes territórios eram de terra batida e abertos na selva ou no capim (picadas). Aqui existia a possibilidade de se abrirem facilmente valas, de a lama atingir grandes alturas quando chovia, e de na época seca a poeira

entupir os filtros das viaturas, criando dificuldades à mobilidade das nossas forças. Estas vias encontravam-se também rodeadas de árvores que os rebeldes abatiam para as obstruir. Estas condições do terreno e obstruções criadas provocavam dificuldades nas velocidades de marcha, que eram assim muito reduzidas (EME, 1966).

4.1.2. Inimigo

Em termos gerais para os 3 TO o In atuava com ações de intimidação à população, organizava grupos de combate para ataques a colunas militares, flagelava com armas pesadas aquartelamentos de forças nacionais, bem como realizava ações de minagem e montagem de armadilhas em trilhos e vias de comunicação. Além disso o In foi capaz de ir melhorando o seu equipamento ao longo do tempo, a sua organização, bem como tentaram alargar a sua ação, sendo que foram sempre apoiados por Estados estrangeiros que pertenciam ao grupo afro-asiático, por países comunistas, e por algumas nações ocidentais como a Holanda e os países nórdicos. Este apoio era financeiro e diplomático, através do envio de material de guerra, de bolsas de estudo e do fornecimento de instrutores (Ferreira J. J., 2009). Esta ideia confirmada pelos relatórios das unidades²⁹ onde existem várias referências a emboscadas do In às escoltas realizadas, ataques a aquartelamentos, e a identificação de inúmeras minas em itinerários. Era referido nos mesmos, que o IN atuava com grupos bem instruídos e bem armados, mostrando apreciável segurança, e não mostrando qualquer preocupação com o consumo de munições. Além de que passaram a usar lança granadas foguete, canhões sem recuo, ou morteiros médios para fazer ataques a aquartelamentos.

4.2. Dispositivo das Nossas Forças

4.2.1. Angola

No final de Novembro de 1961 segundo a carta do dispositivo podíamos ver que existiam quatro zonas de intervenção (ZI)³⁰. A primeira era a zona sublevada do Norte que

²⁹ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

³⁰ Quando a situação obrigasse à realização de operações militares de certo vulto os comandos territoriais poderiam ser transformados em zonas de intervenção. Os limites dos comandos e das zonas podiam ser coincidentes ou não, sendo de admitir que uma zona de intervenção pudesse abranger parte de dois ou mais comandos territoriais. Ver apêndice B sobre onde se explica como surgia a distribuição das forças nos TO.

foi transformada em zona de intervenção Norte (ZIN), e era onde a situação era mais instável. A zona de intervenção Norte era constituída por seis sectores operacionais (SO). O SO1 com sede em Salazar, o SO2 com sede em Negage, o SO3 com sede em Fazenda Tentativa, o SO4 com sede Ambrizete, o SO5 com sede em Malanje, e o SO6 com sede em Cabinda.

Foram criadas ainda mais três zonas de intervenção, onde a situação era mais calma. Eram as zonas de intervenção do Sul (ZIS), Leste (ZIL), e Centro (ZIC) (EME, 1989b).

Mais tarde com a carta de dispositivo de julho de 1968 as zonas de intervenção passaram a designar-se por zonas militares (ZM). A ZIN passou a zona militar Norte (ZMN) que englobava os distritos do Zaire, Luanda, Uíge, Cuanza Norte e Malanje. A ZIL passou a zona militar Leste (ZML), que englobava os distritos de Lunda e Moxico. A ZIC passou a zona militar Centro (ZMC), que abrangia os distritos de Cuanza Sul, Benguela e Bié. A ZIS passou a zona militar Sul (ZMS), que abrangia os distritos de Moçâmedes e Huíla (EME, 1989b).

4.2.2. Guiné

Em 1961 os efetivos militares na Guiné integravam o comando territorial independente da Guiné (CTIG). Com o desenrolar dos acontecimentos em Angola, aumentaram as manifestações de carácter subversivo, e assim na previsão de que estas viessem a avolumar-se e a atingir mesmo a violência, logo em meados de 1961 iniciou-se o reforço do CTIG e foi instalado um dispositivo de acordo com a densidade da população. Em Agosto de 1962 o CTIG já compreendia quatro zonas de Batalhão, com sedes em Bissau, Tite, Bafatá e Bula (EME, 1989c).

Bissau era a zona com a menor área, sendo responsável pela segurança dos órgãos superiores das pequenas unidades (PU), militares ou civis. Tite abrangia todo o Sul do TO com fronteira com a Guiné Conakri. Bafatá era a zona com menor densidade populacional, e responsabilizava-se por todo o Leste, com fronteira como o Senegal (a Norte e a Leste). Bula tinha a seu cargo metade da fronteira norte (Senegal) (EME, 1989c).

Consequência do acréscimo de efetivos, bem como também de um melhor conhecimento sobre a situação do In, o dispositivo sofreu nítidas alterações. Em Dezembro de 1966 o território da Guiné estava organizado nas zonas, Oeste, Leste, Sul, e Bissau. A zona Oeste estava à responsabilidade de um comando de agrupamento, com sede em Mansoa. A zona Leste estava à responsabilidade de um outro comando de agrupamento, com sede em Bafatá, e que reunia os antigos sectores de batalhão de Bafatá e de Fá-Mandinga. A

zona Sul à responsabilidade do comando de agrupamento de Bolama. A zona de Bissau era um sector de batalhão independente, que passou a ser designado por sector B (EME, 1989c).

4.2.3. Moçambique

Em fevereiro de 1963, a Região Militar de Moçambique estava, com o seu quartel-general situado em Lourenço Marques, encontrava-se dividida em três comandos territoriais, comando territorial do Norte (CTN), comando territorial do Centro (CTC), e o comando territorial do Sul (CTS). O primeiro, com sede em Nampula, compreendia os distritos do Niassa, Cabo Delgado, Moçambique e Zambézia. O segundo, com sede na Beira, estendia-se para Sul até ao rio Save e abrangia os distritos de Tete, de Manica e Sofala. O terceiro, com sede em Lourenço Marques, compreendia os distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques. Estes comandos territoriais estavam divididos por sectores de batalhão correspondendo, em regra, a um distrito e dispendo de várias subunidades tipo companhia. Com intensificação da atividade de guerrilha foi necessário reforçar o território, sendo que essas alterações traduziram-se, até meados de julho de 1965, no reforço do Norte do Território. Este reforço foi traduzido com a chegada de novas unidades para o Norte do território mas também, à custa do enfraquecimento do dispositivo das zonas do CTC, do CTS, e das áreas não afetadas do CTN (EME, 1989d).

Após grandes movimentações de forças que precederam e acompanharam as operações que se iniciaram com a sublevação no Norte do distrito de Cabo Delgado e a Oeste de Distrito do Niassa, deram-se alterações ao dispositivo, principalmente a Norte do rio Zambeze. A área que era do CTN foi dividida, sendo criados nessa área a zona de intervenção do Norte (ZIN) e um sector independente. A ZIN, com o comando em Nampula era dividida em três sectores. O sector independente correspondia ao distrito da Zambézia, e tinha sede em Mocuba, dependendo diretamente do comando da Região Militar de Moçambique (EME, 1989d).

CAPÍTULO 5 – MISSÕES CONVENCIONAIS vs MISSÕES E TAREFAS NA GUERRA SUBVERSIVA

Neste capítulo iniciaremos a análise dos fatores em estudo para este trabalho, tendo sempre em conta o enquadramento feito sobre o terreno e o In. Iremos retratar aqui as missões e tarefas executadas pelas unidades de reconhecimento blindada na guerra de África comparando-as com as missões convencionais, finalizando-se com a resposta à segunda Q.I.

5.1. Missões convencionais das Unidades de Reconhecimento Blindado

Segundo o Regulamento para o emprego de tropas de cavalaria de 1960, as unidades de reconhecimento blindado devido às suas características, destinavam-se a executar missões de segurança, reconhecimento e combate ligeiro (DAC, 1960). Outro regulamento, este incidindo nas pequenas unidades, refere que os ERec e os PelRec executavam essas mesmas missões de segurança e reconhecimento, sendo que as operações de combate ligeiro acima referidas, aqui são especificadas como ações de combate ofensivas, defensivas e retardadoras (DAC, s/d). Consultando o Quadro Orgânico de Material (Q.O.M) 4-A, podemos verificar que tanto o ERec orgânico da Divisão de Infantaria, como o ERec orgânico do Regimento de Reconhecimento de Corpo de Exército, tinham como missões atribuídas, garantir segurança e o reconhecimento em proveito da unidade a que pertencessem ou fossem atribuídos (EME, 1954). Ainda segundo esse Q.O.M, os dois Esquadrões tinham a possibilidade de executar missões de combate. Missões essas, então atribuídas ao Esquadrão, impunham frequentemente a sua dispersão numa grande zona, e ao funcionamento como um conjunto, coordenado e controlado pelo seu Comandante. Os PelRec eram a unidade tática elementar de um Esquadrão, em que a sua organização e equipamento permitia o seu emprego em diferentes situações táticas, e muito raramente era empregado numa missão independente (DAC, s/d).

5.1.1. Segurança

A missão de segurança englobava todas as medidas que um comando tomava para se proteger da observação, ataque e ação de surpresa do In, e ainda para manter a sua liberdade de ação, sendo que um força que estivesse então encarregue desta segurança, devia informar com oportunidade a aproximação do In, empenhando-se em combate para o destruir, deter ou retardar se fosse necessário (DAC, s/d). Ainda segundo o mesmo regulamento nas missões de segurança devia utilizar-se o tipo de atuação necessária à situação que se está a enfrentar, como seja o reconhecimento, cobertura, ataque, defensiva, ação retardadora, vigilância ou qualquer outra combinação destes tipos. As operações de segurança atribuídas aos ERec e PelRec incluíam a vigilância, patrulhas, guarda avançada, guarda de flanco, guarda de retaguarda, contra reconhecimento, guarda de linhas de comunicação, segurança de áreas da retaguarda e segurança contra tropas aerotransportadas (DAC, s/d).

A vigilância consistia numa operação de segurança para quando existiam frentes extensas ou quando existia um reduzido número de efetivos. Nestes casos era montada uma linha de postos de vigilância, que permitia informar atempadamente a aproximação do In. Esta linha devia ser estabelecida durante o dia, em terreno elevado e de modo a permitirem uma boa observação, de pelo menos um dos eixos prováveis de aproximação³¹ do In (DAC, s/d).

As patrulhas eram menos eficazes que a simples observação mas, no entanto, eram empregues para situações em que a missão requeria o estabelecimento de um posto de combate dentro de uma parte da zona de ação e o patrulhamento da restante, ou quando a zona de ação era demasiado larga para ser coberta apenas com observação. O pelotão estabelecia o posto de combate com a secção de autometralhadoras (AM)³² e secção de atiradores. O sector era patrulhado pela secção de exploração (DAC, s/d).

As guardas de flanco consistiam em proteger o flanco de uma força da observação terrestre inimiga, do tiro direto das suas armas e da surpresa. Esta segurança podia ser feita recorrendo a ações ofensivas e defensivas, por reconhecimentos com espírito ofensivo, por patrulhas ou pela simples observação (DAC, s/d).

As guardas avançadas consistiam em garantir segurança a uma força de maior efetivo por meio da observação, reconhecimento, ataque, ação defensiva, ação retardadora ou por qualquer outra combinação destas ações (DAC, s/d).

³¹ Faixa de terreno que proporciona a uma unidade de determinado tipo e escalão, um itinerário relativamente adequado e fácil para chegar a um ponto.

³² É um sistema de armas montado numa plataforma de rodas, com uma blindagem mais ligeira que um Carro de combate, possuindo como arma principal uma peça e que combina em si o poder de fogo, a proteção, a mobilidade e o efeito de choque (Marques, 2010).

Guarda da retaguarda era uma missão em que as unidades de reconhecimento seguiam a força de maior efetivo, protegendo-a durante a progressão³³ ou movimento retrógrado.

Contra reconhecimento era uma operação que abrangia todas as medidas tomadas por um comando para evitar, de qualquer modo, as ações de reconhecimento por parte do In ou prejudicar a eficiência da pesquisa inimiga. Normalmente este tipo de operação envolvia um dispositivo numa frente larga e em profundidade, para se poder ter observação sobre uma vasta área (DAC, s/d).

As operações de guarda de linhas de comunicação eram realizadas em situações onde os eixos de reabastecimento corressem riscos de ser cortados ou em que as viaturas de reabastecimento pudessem ser atacadas. Esta segurança tinha mais sucesso quando o patrulhamento do itinerário era feito pela secção de exploração, conservando assim o grosso da unidade numa posição central para poder fazer um contra ataque, ou então usar essa mesma secção de exploração para montar uma série de postos ao longo do itinerário, patrulhando o mesmo com o resto do pelotão em coluna aberta. Em escoltas de trens, o pelotão podia deslocar-se na testa ou intercalar elementos ao longo da coluna (DAC, s/d).

A segurança de áreas da retaguarda consistia numa operação para verificar qualquer manifestação de atividade inimiga ou para contrariar a sua ação, e fazia-se através de patrulhamentos, observação ou mesmo conservando a unidade completa numa localização central em alerta (DAC, s/d).

A segurança contra tropas aerotransportadas era uma operação para fazer frente a desembarques aéreos ou o lançamento de tropas paraquedistas. Assim localizado o desembarque, elementos da força de reconhecimento mantinham contacto com o In enquanto os outros elementos orientavam a força de contra ataque para uma base de ataque conveniente (DAC, s/d).

5.1.2. Reconhecimento

O reconhecimento tinha por finalidade a pesquisa de notícias de valor militar sobre o In, terreno e os recursos, sendo que normalmente as missões de reconhecimento que eram

³³ Movimento para a frente

atribuídas aos Esquadrões e Pelotões referem-se principalmente ao In. Dentro das missões de reconhecimento existiam o reconhecimento de itinerário, área, e zona.

O reconhecimento de itinerário é uma operação que podia ser feita tanto à frente como à retaguarda das posições amigas. À frente das posições amigas, este tipo de reconhecimento tinha como principal função pesquisar informação sobre o In, e era utilizado um dispositivo mais adequado ao terreno e ao In. À retaguarda das posições amigas, tinha como principal função recolher informação sobre a praticabilidade dos itinerários que, pela carta topográfica, parecessem utilizáveis para o movimento de uma unidade de maior efetivo (DAC, s/d).

O reconhecimento de uma área era feito sobretudo para colher informações sobre um determinado local, que podia ser à frente, flancos ou retaguarda. As informações a recolher podiam ser sobre a presença do In, ou para inspecionar as condições da zona de bivaque ou de reunião (DAC, s/d).

O reconhecimento de zona é uma operação que podia ter vários reconhecimentos de área ou de itinerário, mas servia para evitar a duplicação de esforços, coordenar o movimento e atribuir responsabilidades, assegurando-se assim o reconhecimento completo da zona (DAC, s/d).

Os reconhecimentos podiam ser executados montados, apeados ou pela conjugação dos dois. Os atiradores podiam ser empregues como exploradores, substituindo ou auxiliando elementos da secção de exploração, fazendo com isto que todos os elementos fossem bons exploradores e estivessem capazes para desempenhar essa função (DAC, s/d).

5.1.3. Combate ligeiro

O Esquadrão atuava ofensivamente para facilitar o cumprimento das suas missões de segurança e reconhecimento e deste modo cooperar na destruição de uma força inimiga. Durante a sua progressão, tinha que atacar para reduzir resistências inimigas que encontrava, atacando frequentemente sem qualquer apoio, podendo contudo ser reforçado pela unidade a que foi atribuído ou em proveito da qual trabalhava. Em termos de conduta de ataque o Esquadrão empregava uma base de fogos e um escalão de ataque. O comandante de Esquadrão colocava-se, normalmente, junto à força que exercia o esforço principal, sendo que o adjunto ou o Sargento mais antigo colocava-se junto à força que não estavam sob as ordens diretas do comandante. A base de fogos tinha como objetivo obrigar o In colocar-se no terreno, neutralizar as suas armas e enfraquecê-lo para permitir ao escalão de ataque

executar a progressão e o assalto. A flexibilidade, tanto do Esquadrão como do Pelotão, permitia combinações diferentes para o ataque (DAC, s/d).

O Esquadrão recorria frequentemente ao combate defensivo no cumprimento das suas missões normais de segurança e reconhecimento. Podia adotar uma defensiva de posição ou uma defensiva móvel. A defensiva de posição era uma modalidade de ação organizada para deter o In na frente da posição, repeli-lo se ele a alcançasse, ou expulsá-lo se ele penetrasse nela. A defensiva móvel era uma modalidade de ação na qual se empregava a manobra para tirar iniciativa ao In, sendo que era constituída uma linha da frente pouco guarnecida e uma reserva forte e móvel. O In era assim vencido por contra ataques, onde a linha da frente retirava à ordem e a reserva contra atacava (DAC, s/d).

No cumprimento das suas principais missões, o Esquadrão podia também realizar ações retardadoras, onde se procurava trocar espaço por tempo necessário, para que a força à qual se está a realizar segurança se prepare para enfrentar o In. Podia também realizar operações especiais como, balizagem de itinerários e controle de tráfego, ações simuladas, operações anfíbias e operações aerotransportadas. Ação simulada consistia em expor intencionalmente os meios de uma unidade, para serem visto e ouvidos pelo In, para desviar a sua atenção de uma manobra realizada por outra unidade. As operações anfíbias compreendiam desembarques para reconhecimentos, demonstrações ou patrulhas, e que exigiam a existência de equipamento especial. Operações aerotransportadas consistiam em estas unidades serem transportadas pelo ar, quando se pretendia que o deslocamento fosse rápido, a uma grande distância ou que se tivesse que alcançar um local, que em virtude dos obstáculos e do In fosse inacessível por outros meios de transporte (DAC, s/d).

5.2. Missões e Tarefas das Unidades de Reconhecimento Blindado na Guerra de África

5.2.1. Missões na doutrina de Guerra Subversiva

O manual “O Exército na Guerra Subversiva” (1966) refere que as características mais importantes das unidades de reconhecimento blindado nas operações contra bandos armados e guerrilhas eram a mobilidade e a blindagem, que lhes conferia rapidez de intervenção, desde que o terreno o permitisse, e proteção contra ações de emboscada do In.

As unidades de reconhecimento blindado, devido a essas características, ao terreno e às características do conflito subversivo, teriam as missões de Informação, Segurança

(Vigilância de grandes áreas, abertura e proteção de itinerários e escolta de colunas), e no caso de existirem itinerários de acesso, o socorro de pontos atacados ou ameaçados, e por vezes, a intervenção contra bandos rebeldes referenciados (EME, 1966).

5.2.2. Missões e tarefas desempenhadas no terreno

Quadro nº1 - Missões executadas pelos ERec e PelRec em Angola³⁴

Angola	
Missões	Escoltas e proteção a colunas auto (principal missão e mais executada)
	Controle de populações
	Ação psicológica
	Patrulhamentos
	Proteção à desobstrução e manutenção de itinerários

Quadro nº2 - Missões executadas pelos ERec e PelRec na Guiné³⁵

Guiné	
Missões	Escoltas a colunas de reabastecimento (principal missão e mais executada)
	Patrulhamentos ofensivos e perseguição de grupos In
	Patrulhamentos de reconhecimento, de segurança de itinerários, e de contacto com as populações
	Patrulhamentos de segurança dos arredores das povoações
	Ações de socorro e evacuação de feridos
	Segurança de trabalhos
	Reações a ataques e flagelações

Quadro nº3 - Missões executadas pelos ERec e PelRec em Moçambique³⁶

Moçambique	
Missões	Escolta e proteção a colunas militares e civis (principal missão e mais executada)
	Proteção a aquartelamentos
	Segurança de estacionamento
	Intervir em qualquer ataque de grupos rebeldes
	Patrulhamento de itinerários e aldeamentos
	Proteção aos trabalhos na reparação de itinerários

³⁴ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

³⁵ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

³⁶ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

5.4. Síntese Conclusiva

Tendo em conta o que foi abordado neste capítulo vamos fazer uma análise do que foi referido e finalizar com a resposta à nossa Q.I “**As missões e tarefas desempenhadas nos TO de África enquadravam-se nas missões convencionais das unidades de reconhecimento blindado?**”.

O quadro 4 faz um resumo das missões convencionais, que foram descritas neste capítulo, das unidades de reconhecimento blindado, e as tarefas que lhes estavam associadas.

Quadro nº4 - Resumo das missões convencionais e das suas tarefas³⁷

Missões Convencionais	Tarefas associadas a estas missões
Segurança	Vigilância
	Patrulhas
	Guarda avançada
	Guarda de flanco
	Guarda de retaguarda
	Contra reconhecimento
	Guarda de linhas de comunicação
	Segurança da área da retaguarda
	Segurança contra tropas aerotransportadas
Reconhecimento	Reconhecimento de itinerário
	Reconhecimento de área
	Reconhecimento de zona
Combate Ligeiro	Ofensivo
	Defensivo
	Ação retardadora

O quadro 5 faz um resumo das tarefas, enumeradas anteriormente, que foram executadas pelas unidades de reconhecimento blindado durante a guerra de África.

³⁷ Presentes no “Regulamento para a Instrução e Emprego das tropas de Cavalaria – Unidades de Reconhecimento” (s/d)

Quadro nº5 - Tarefas executadas pelas unidades de Reconhecimento Blindado na guerra de África³⁸

Tarefas Executadas pelas unidades de reconhecimento blindado
Escoltas e proteção de colunas
Proteção à desobstrução e manutenção de itinerários
Patrulhas de segurança a itinerários
Patrulhas de segurança nos arredores das povoações
Proteção a aquartelamentos
Segurança contra estacionamento
Patrulhas de reconhecimento
Patrulhas ofensivas
Perseguição de grupos In
Reações a ataques e flagelações de grupos rebeldes
Ação psicológica
Patrulhamentos de contato com a população
Ação de socorro e evacuação de feridos

Como apresentado nos subcapítulos anteriores, devido ao manual “O Exército na Guerra Subversiva” (1966) ter sido lançado a meio do conflito, ele reflete já no seu conteúdo as missões das unidades de reconhecimento blindado num ambiente subversivo, bem como as suas tarefas associadas. O quadro 6 apresenta um resumo dessas mesmas missões.

Quadro nº6 - Missões e tarefas associadas das unidades de Reconhecimento Blindado³⁹

Missões da doutrina portuguesa de contra subversão	Tarefas que estavam associadas a essas missões
Segurança	Vigilância de grandes áreas
	Abertura e proteção de itinerários
	Escoltas a colunas
Informação	
Socorro a pontos atacados e ameaçados	

O apêndice C apresenta a relação feita pelo autor entre as missões e tarefas executadas na guerra de África e as missões convencionais das unidades de reconhecimento blindado. Partindo-se do evidenciado nos subcapítulos anteriores, constatam-se que várias tarefas que foram executadas por estas unidades em África têm correspondência com as suas missões

³⁸ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

³⁹ Constantes no manual “O Exército na Guerra Subversiva” (1966)

convencionais. Pela definição apresentada anteriormente da operação de segurança, guarda de linhas de comunicação, chegamos à conclusão que as tarefas de escoltas e proteção de colunas, proteção à desobstrução e manutenção de itinerários, e patrulhas de segurança a itinerários, se encaixam perfeitamente nesta operação. O mesmo acontece para as tarefas de patrulhamentos de segurança aos arredores das povoações, proteção de aquartelamentos, segurança a estacionamentos, e patrulhamentos de reconhecimento, que se enquadram perfeitamente com as operações de segurança de patrulhamentos e segurança da área da retaguarda. Para as tarefas de patrulhamentos ofensivos, perseguição de grupos In e reações a ataques e flagelações de grupos rebeldes, vemos que já não se enquadram nem nenhuma das operações de segurança, mas sim nas operações de combate ligeiro. Isto porque tal como acontece no combate ligeiro ofensivo, estas unidades estavam a atuar ofensivamente para cooperar na destruição de uma força inimiga, concorrendo assim para as suas grande missões de segurança e reconhecimento.

Ao analisarmos todas as tarefas executadas pelas unidades de reconhecimento em África, constatamos que a ação psicológica e os patrulhamentos de contato com a população, não se enquadravam com nenhuma das definições das missões convencionais. É neste ponto que se verifica ser pertinente a análise das missões referenciadas no Manual “O Exército na Guerra Subversiva” (1966) para unidades de reconhecimento em ambiente subversivo. Pela análise deste manual e das tarefas executadas no terreno pelas unidades de reconhecimento podemos constatar que, tal como para as missões convencionais, conseguimos enquadrar estas tarefas nas missões referenciadas para este tipo de unidades em ambiente subversivo. Neste caso a missão de segurança enquadrava as mesmas tarefas que a missão convencional de segurança, e a missão de socorro a pontos atacados e ameaçados as mesmas tarefas que a missão convencional de combate ligeiro. Mas neste manual conseguimos também enquadrar as tarefas de ação psicológica e patrulhamentos de contacto com a população com a missão de Informação.

Respondendo objetivamente à Q.I, e tendo por base o supra referido, verificamos que as missões executadas na guerra de África se enquadravam nas missões convencionais. A exceção foram as tarefas de ação psicológica e patrulhamentos de controlo da população. É aqui que se torna evidente a importância de definir em concreto missões e tarefas específicas para a atuação destas unidades em contexto subversivo.

Tal como referido na revisão de literatura os conflitos subversivos tinham características muito próprias, onde a principal era a conquista da população, sendo essa uma fase obrigatória para se atingir a finalidade da subversão. Desse facto vem a importância

destas duas tarefas executadas pelas unidades de reconhecimento em África. A razão pela qual na doutrina subversiva do manual “O exército na Guerra Subversiva” (1966) já vir explanado uma missão que englobava estas duas tarefas, podia-se justificar pelo facto do mesmo ter sido publicado já numa altura em que o conflito se estava desenrolar. Podia-se também justificar devido a este manual, e tal como se retratou na revisão de literatura, ter ido “beber” a sua doutrina aos franceses segundo a sua experiencia no conflito subversivo da Argélia.

Feita a análise da primeira variável do estudo sobre estas unidades, vamos agora passar à análise dos sistemas de armas e perceber de que forma é que estes influenciaram, quer positivamente quer negativamente, o emprego operacional destas unidades no cumprimento das suas missões.

CAPÍTULO 6 – SISTEMAS DE ARMAS DAS UNIDADES DE RECONHECIMENTO BLINDADO

Feito o estudo do primeiro fator de análise, a comparação das missões convencionais com as missões que foram executadas em África, vai-se agora abordar neste capítulo os sistemas de armas que foram mobilizados pelas unidades de reconhecimento blindado para os TO. Aqui aborda-se os Sistemas de Armas de forma a tentar perceber se o seu emprego foi limitativo para o cumprimento das missões que foram atribuídas a estas unidades, e que foram referidas no capítulo anterior, formalizando-se no final a resposta à segunda Q.I.

6.1. Sistemas de Armas Existentes em Portugal

Em Portugal existiam as seguintes AM:

- Humber Mk IV⁴⁰
- Autometralhadora ligeira MORRIS
- GM Fox Mk I⁴¹
- Panhard EBR 75⁴²
- Daimler Mk III⁴³
- Panhard AML 60⁴⁴

Em relação a viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) existiam:

- White M3A1 4x4 (m/1946)⁴⁵
- GM C15TA "Granadeiro" (m/1947)⁴⁶
- White M3A1 meia lagarta (m/1952)
- Ford M20 (m/1952)

⁴⁰ Ver apêndice C

⁴¹ Ver apêndice D

⁴² Ver apêndice E

⁴³ Ver apêndice F

⁴⁴ Ver apêndice G

⁴⁵ Ver apêndice H

⁴⁶ Ver apêndice I

- Panhard ETT (m/1959)⁴⁷
- Bravia Chaimite V-200 (m/1967)⁴⁸

Ao analisar estes sistemas blindados que existiam em Portugal⁴⁹ vemos que todos foram mobilizados para África, com exceção da AM MORRIS, e as VBTP White M3A1 meia lagarta e Ford M20. Estes três Sistemas de Armas não tendo sido mobilizados e aplicados em África, deixam de pertencer ao nosso objeto de estudo, e assim não vão ser objeto de análise (Coutinho, 2012a; Coutinho, 2012b; Academia Militar, 2009).

6.2. Sistemas de Armas utilizados em África

6.2.1. Autometralhadoras

A Humber Mk IV (m/1943) fazia parte de um pacote de material recebido fornecido pela Inglaterra em 1943, sendo atribuídas à Escola Prática de Cavalaria (EPC) e Regimento de Cavalaria nº4 (RC4). Em 1948 foram transferidas do RC4 para o Regimento de Lanceiros nº1 (RL1) e esteve ao serviço nos três TO (Academia Militar, 2009). Estas viaturas a quando da sua chegada já não se fabricavam, e estavam a ser gradualmente substituídas por AM com maiores capacidades. Isto levou a que com o tempo houvesse dificuldade de se obter sobressalentes para o arranjo destas viaturas. Tinham como armamento principal uma peça de 37 mm, uma metralhadora Besa 7,92 mm, coaxial, e um lança granadas de fumos com capacidade para oito granadas (Coutinho, 2012a).

A GM Fox Mk I (m/1957) era uma versão Canadiana da Humber MK IV, recebidas em 1957, e que faziam parte de um lote de material obsoleto. Foram enviadas para a Guiné em 1959 e Moçambique em 1960. No final de 1973 existiam seis viaturas destas na Metrópole, vinte e quatro em Moçambique e oito na Guiné. Tinham como armamento principal duas metralhadoras Browning, uma de calibre 12,7 mm, e outra a coaxial de calibre 7,92 mm⁵⁰. Em Moçambique estas AM foram usadas, além da sua função normal de AM, também para abertura de linhas, retirando-lhe o motor e as rodas, assentando o seu casco num vagão rodeado de sacos de areia. Foram utilizados dois cascos para este efeito, e foram

⁴⁷ Ver apêndice J

⁴⁸ Ver apêndice K. Foi também utilizada como AM

⁴⁹ Não fazem parte desta análise como já tinha sido referido os CC

⁵⁰ Na sua chegada esta metralhadora coaxial tinha o calibre de 7,62 mm e foram modificadas para o calibre Standard do Exército português 7,92 mm

adquiridos pelos Caminhos de Ferro de Moçambique (Coutinho, 2012a). As AM Fox era material muito antigo, encontrando-se na sua maioria em estado de não ser reparável⁵¹.

A Panhard EBR 75 (m/1959) entrou ao serviço em 1959 e era de origem Francesa. Possuía como armamento principal uma peça de 75 mm, uma metralhadora Mac 34 coaxial de calibre 7,62 mm, mais duas metralhadoras Mac 34 de calibre 7,62 de cano curto, à frente e atrás (Condutor e inversor)⁵². Nos finais dos anos cinquenta estas viaturas tornaram-se obsoletas e começaram a ser substituídas as torres FL-10 por as FL-11. As viaturas adquiridas por Portugal foram todas ainda com a torre FL-10. Das 50 viaturas adquiridas 21 destinaram-se ao Grupo de Dragões de Silva Porto, e as restantes 29 ficaram distribuídas pelas unidades da Metrópole. As primeiras viaturas chegaram a Angola em 1960, tendo-se verificado, que a utilização deste material não foi satisfatório. O seu tamanho tornava-as difícil de utilizar, bem como o comprimento da sua peça não permitia rodar a torre nas regiões densamente arborizadas. A solução encontrada foi desmontar a peça e colocar um projetor no seu lugar, sendo que esta adaptação trouxe o problema de perda de equilíbrio da torre oscilante, uma vez que faltava o peso do conjunto torre-peça. Era uma viatura complexa exigindo guarnições com muita qualidade para uma manutenção muito cuidada⁵³, e além disso o facto dos seus depósitos de gasolina serem de borracha e necessitarem de estar sempre cheios para evitar a sua degradação, trouxe problemas de armazenamento das viaturas⁵⁴ (Coutinho, 2012a). Era uma viatura anti – carro, de reconhecimento, idealizado para a guerra convencional e nada adequado às operações de guerrilha que se desenrolavam no território Angolano (Academia Militar, 2009).

A AM Daimler Mk III (m/1963) era uma viatura de origem inglesa, ligeira, blindada, destinada a fins de reconhecimento e ligação. Foram utilizadas em África nos PelRec Daimler que eram especialmente vocacionados para proteção de colunas logísticas, e possuíam apenas uma metralhadora Dreyse como armamento principal (Coutinho, 2012b). Em Portugal foi aumentada a cobertura blindada para proteção de pessoal e passaram também a fazer parte de outros ERec com material diferente⁵⁵. Estas viaturas eram material

⁵¹ PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁵² A viatura podia ser conduzida nos dois sentidos devido à existência de dois postos de condução, um à frente e outro atrás.

⁵³ PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁵⁴ As viaturas em depósito tinham que ter os depósitos vazios, o que levou a que estas viaturas tivessem problemas de entupimentos do sistema de alimentação de combustível.

⁵⁵ PT/AHM/DIV/2/4/87/7 – ERec FOX 2640 – História da Unidade

muito antigo e para o qual não havia sobressalentes, sendo que a política adotada foi a canibalização, o que levou a uma curta vida das viaturas que ainda se encontravam operacionais⁵⁶.

A Panhard AML 60 (m/1965) de origem francesa resultou da necessidade de encontrar um veículo mais simples e mais leve que a EBR Panhard. Foi adquirida à França em 1965, e em finais da década de sessenta foram cedidas pela República da África do sul (RAS) mais AML Panhard⁵⁷ iguais às francesas. Estas viaturas estiveram em Angola e em Moçambique. Em Angola devido às poeiras diamantíferas as viaturas tiveram um agastamento do motor anormal, levando a que se adotasse a solução de adaptar dois filtros de ar em banho de óleo na entrada de ar do motor. Esta adaptação apesar de não ter resolvido o problema na totalidade atenuou-o bastante. Existiram também grandes dificuldades em manter estas viaturas operacionais devido à falta de sobressalentes para o motor⁵⁸. A solução encontrada foi a substituição do motor original por um Opel de 1900 cc, produzido pela General Motors na RAS. Estas viaturas passaram a ter a designação de Eland MK IV, e além da adaptação do motor, possuíam também uma metralhadora coaxial Browning de calibre 7,62 mm em substituição das duas metralhadoras Mac 34 7,62 mm (Coutinho, 2012b). As AML Panhard deram boas provas de emprego operacional, e eram praticamente as únicas AM que se conseguiam manter em condições de utilização rentável no Ultramar, levando a que por isso mesmo se encontrassem sujeitas a grande esforço de utilização e de desgaste⁵⁹.

6.2.1. Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal

A White M3A1 4x4 (m/1946) era uma VBTP recebida de Inglaterra em 1946. Foram utilizadas na Guiné nos anos sessenta (Academia Militar, 2009). Esta viatura transportava até 7 militares mais o condutor, e equipava os ERec e PelRec como viatura de transporte de pessoal (Academia Militar, s/d).

A GM C15TA "Granadeiro" (m/1947) construída no Canada e fornecida pelos ingleses em 1947 foram destinadas aos Esquadrões de Atiradores Granadeiros do RC7, sendo esse o motivo de terem o nome "Granadeiro". No final dos anos cinquenta foram

⁵⁶ PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁵⁷ Diferiam apenas no equipamento rádio que nas francesas era o NA/VRC-10 e nas sul-africanas era o C-42. Apesar disso eles tinham a capacidade de se ligar um com o outro.

⁵⁸ PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX
PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁵⁹ PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

enviadas para a Guiné e Moçambique (Academia Militar, 2009). Tinham a capacidade de transportar até sete militares mais o condutor (David, 2003). Era material obsoleto que se encontrava na sua maior parte arruinado e em estado de não ser reparável⁶⁰.

A Panhard ETT, construída com base na Panhard EBR 75, e por encomenda específica do Exército Português equipou as unidades de reconhecimento em Angola. Esta viatura transportava até catorze militares mais o condutor no seu interior protegidos unicamente contra tiro de armas ligeiras. Embora mais sofisticada que a EBR sofria da necessidade de manutenção cuidada, devido à sua complexidade⁶¹ (Academia Militar, 2009).

A Bravia Chaimite V-200 (m/1967)⁶², foi uma VBTP construída em Portugal na fábrica Bravia com destinos às unidades de Cavalaria que se encontravam em operações em Angola e na Guiné (Academia Militar, 2009). As vinte e oito viaturas adquiridas pelo primeiro lote estavam equipadas com duas metralhadoras HK-21 de calibre 7,62 mm, as 56 viaturas do segundo lote estariam equipadas com uma metralhadora Browning calibre 12,7 mm e uma metralhadora HK-21 de calibre 7,62 mm. As primeiras viaturas aptas a desempenhar funções de VBTP seriam para equipar as secções de atiradores exploradores, as do segundo lote já aptas a desempenhar funções quer de AM ligeira quer de VBTP, seriam para equipar quer as secções de AM quer as secções de atiradores exploradores⁶³. No final da década de sessenta foi enviada, a título experimental, para a Guiné uma viatura blindada (VB) de reconhecimento BRAVIA Chaimite V-400. Esta viatura estava equipada com uma peça de calibre 90 mm e duas metralhadoras de calibre 7,62 mm, sendo que o casco não era da Chaimite, mas sim de uma Cadillac Gage V-100⁶⁴. A vida desta experiência foi muito curta, pois numa emboscada um RPG-7 entrou pela porta traseira que estava aberta explodindo dentro do casco, inutilizando assim a viatura.

Segundo relatórios examinados existia assim uma grande variedade de material, bem como um número exagerado de viaturas avariadas, o que inclusive obrigou a alguma unidades a deixarem de atuar como reconhecimento⁶⁵. No tempo de chuvas os itinerários ficavam inacessíveis e de acesso perigoso, resultando num enorme desgaste para as AM e

⁶⁰ PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁶¹ PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁶² PT/AHM/DIV/29/15/370/4 – Viatura Blindada e Anfíbia para Fins Múltiplos

⁶³ PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

⁶⁴ PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

PT/AHM/DIV/29/15/370/4 – Viatura Blindada e Anfíbia para Fins Múltiplos

⁶⁵ Um ERec Panhard a atuar como uma Companhia de Caçadores por falta de material.

consequentemente o número de avarias aumentava⁶⁶. Em várias notas e mensagens pode-se verificar que era da opinião geral a existência de uma necessidade de melhoria dos meios dos TO face à evolução do In, considerando que tanto as AML como as Chaimite dispunham de fraca blindagem e fraco potencial de fogo, julgando-se de toda a conveniência que as futuras unidades de Reconhecimento, a criar, fossem dotadas de VB mais potentes que aquelas, isto sem prejuízo do fornecimento das VBTP Chaimite já do antecedente programado⁶⁷.

6.3. Síntese Conclusiva

Tendo em conta o que foi abordado neste capítulo vamos fazer uma análise do que foi referido e finalizar com a resposta à nossa Q.I **“Quais os sistemas de armas empregues nos TO de África e quais as adaptações necessárias para o cumprimento das missões atribuídas?”**.

Vimos que foram utilizadas pelas unidades de reconhecimento blindado em África vários sistemas de armas. Foram utilizadas como AM a Humber Mk IV, a GM Fox Mk I, a Panhard EBR 75, a Daimler Mk III, e a Panhard AML 60. Como VBTP foram utilizadas a White M3A1 4x4 (m/1946), a GM C15TA "Granadeiro" (m/1947), a Panhard ETT (m/1959), e a Bravia Chaimite V-200 (m/1967)

Tivemos a oportunidade de explanar ao longo deste capítulo a existência de uma grande quantidade de viaturas inoperacionais. A maior destas em estado de não serem reparáveis, muito em parte devido ao seu estado de veterania, que levava, em geral, a uma dificuldade de obtenção de sobressalentes e consequentemente a uma curta vida operacional. Vimos também que existia muitas dificuldades em executar manutenções às viaturas, devido à falta de pessoal técnico devidamente credenciado. Como já referido anteriormente as AML Panhard eram praticamente as únicas viaturas que se mantinham em condições rentáveis de utilização, o que provocou nas mesmas um enorme desgaste.

De acordo com o estudo do terreno feito anteriormente e os dados reproduzidos neste capítulo, vimos que a operação destes sistemas foi muito prejudicada devido à existência de

⁶⁶ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

⁶⁷ PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

matas densas, e devido ao desgaste que a época das chuvas provocava nos itinerários, levando a um aumento de avarias.

Percebendo a evolução do In, considerava-se que tanto as AML como as Chaimite dispunham de fraca blindagem e fraco potencial de fogo, julgando-se de toda a conveniência que as futuras unidades de Reconhecimento fossem dotadas de VB mais potentes que aquelas.

As adaptações feitas para contrariar alguns dos problemas apresentados, foram alterações na EBR Panhard, substituindo a peça por um projetor de luz. Na AM Fox, retirando as rodas e o motor, colocando a mesma em cima de um vagão para fazer abertura de linhas. Na AML Panhard adaptou-se dois filtros de ar em banho de óleo na entrada de ar do motor para evitar o agastamento do mesmo devido às poeiras diamantíferas. Ainda na AML Panhard, substitui-se o motor por um da Opel de 1900 cc, isto devido à falta de sobressalentes que existia nos motores de origem. Na Daimler deu-se um aumento da cobertura blindada para lhe conferir maior proteção.

Feita a análise da segunda variável do estudo sobre estas unidades, vamos agora passar à análise da organização, percebendo se a organização durante este conflito teve alterações, e quais os motivos que lhes deram origem.

CAPÍTULO 7 – ORGANIZAÇÃO

Finalizada a análise da segunda variável em estudo vamos abordar neste capítulo a organização com que as unidades de reconhecimento blindado foram mobilizadas para África. Neste capítulo compara-se essa organização com o que aconteceu nos TO, verificando se existiram alterações e finalizando assim com a resposta à terceira Q.I.

7.1. Organização de uma Unidade de Reconhecimento Blindado

O ERec era constituído pelo comando do Esquadrão e três PelRec (DAC, s/d). Segundo o EME (1954) apesar de a organização do Esquadrão de Reconhecimento, da Divisão de Infantaria⁶⁸ e da do Regimento de Reconhecimento⁶⁹ serem muito idênticas existiam algumas diferenças. No caso do ERec da Divisão de Infantaria, o Comando do Esquadrão era constituído por uma Secção de Comando, Secção de Rancho, Secção de Reabastecimento, Secção de Manutenção e Secção Sanitária. Já os PelRec eram uma reunião de secções heterogéneas, cada uma das quais com a sua missão particular no conjunto, capazes de executar curtas ações de combate. Eram constituídos pelo Comando com uma viatura ¼ Ton 4x4 de três lugares, uma Secção de Exploração com quatro viaturas ¼ Ton 4x4 de três lugares, uma Secção de CC com dois CC ligeiros, uma Secção de Atiradores com uma VBTP, e uma Secção de Apoio com duas viaturas ¼ Ton 4x4 de três lugares e com um Morteiro 81. Era assim um conjunto a que nada faltava para levar por diante uma ação ligeira de combate (Deslandes, 1956). Quanto ao ERec do Regimento de Reconhecimento a diferença é que no comando a Secção de Manutenção e a Secção Sanitária só existia se fosse atribuída, e nos PelRec não existia uma Secção de CC mas sim uma Secção AM com duas AM, e na secção de exploração existiam quatro motas com carro lateral, em lugar das viaturas 4x4 (EME, 1954; DAC, s/d). Em qualquer um dos pelotões, as secções de apoio podiam substituir as viaturas ¼ Ton 4x4 de três lugares, por uma VBTP (EME, 1954).

⁶⁸ Ver Apêndice M

⁶⁹ Ver Apêndice N

7.2. Organização durante a Guerra de África

Pelo que se pode observar pela leitura quer dos relatórios das unidades, quer das diretivas e despachos, as unidades de reconhecimento tinham por base na sua orgânica a estrutura referida no capítulo anterior, com a secção de comando, a secção de exploração, a secção de AM, a secção de atiradores e eventualmente se tivessem esses meios a secção de apoio. Ainda segundo esta leitura esta organização foi tendo alterações ao longo do tempo. Podemos observar segundo estes relatórios que estas alterações, além das normais dependendo do tipo de missão executada, tinham por base o material que se encontrava disponível no momento. Isto acontecia devido ao material ser muito variado, e estar num estado de inoperabilidade muito elevado, levando a alterações na organização⁷⁰.

Podemos ter o exemplo dos ERec 693⁷¹ e ERec 2640⁷². O ERec 693 em 1964 tinha na sua orgânica os PelRec com uma AM Fox, dois Granadeiros, e um Jeep, não possuindo meios suficientes para constituir todas as secções orgânicas. Ou mesmo com as secções orgânicas todas, elas não teriam todos os meios. Podemos ver isso no caso do ERec 693, em que a secção de AM só teria uma AM Fox. Aliás é referido no relatório que aquela orgânica não era a ideal para a contra subversão. O ERec 2640 em 1969 já possuía uma secção de exploração com três AM Daimler, uma secção de AM com duas AM Fox, uma secção de atiradores com um Granadeiro e uma secção de apoio com um Unimog, sendo que as secções de exploração foram alteradas na sua orgânica, visto que os Jeeps foram substituídos por AM Daimler (estas proporcionavam melhor proteção na execução das suas missões).

Com a compra das viaturas Chaimite⁷³ e a existência de novo material AML Panhard para equipar as unidades de reconhecimento foram aprovados novos QO.

- QO 38 – 2 B/MU ERec AML Panhard⁷⁴ aprovado em Junho de 1970.
- QO 38- 79A /GAMO ERec Chaimite Reduzido⁷⁵ aprovado em Dezembro de

1970

⁷⁰ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX
PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁷¹ PT/AHM/DIV/2/4/107/4 – ERec FOX 693 – História da Unidade

⁷² PT/AHM/DIV/2/4/87/7 – ERec FOX 2640 – História da Unidade

⁷³ Pelos OFMEU/67 e PAE/68.

⁷⁴ Ver Anexo A

⁷⁵ Ver Anexo B

- QO 38- 83A /GAMO ERec Chaimite- AML Reduzido⁷⁶ aprovado em Dezembro de 1970.

- QO 38- 80A /MU ERec Chaimite⁷⁷ aprovado em Dezembro de 1970.

Estes novos QO além de já incluírem como missões aquelas que foram executadas na contra subversão, já incluíam alterações na Orgânica normal das unidades. Todos eles passaram a organizar os PelRec simplesmente em secções de AM e Atiradores-exploradores. Todos eles possuíam uma secção de AM⁷⁸ (equipadas com AML Panhard ou Chaimite com função de AM) e duas secções de atiradores-exploradores (equipadas com VBTP Chaimite), excetuando o QO AML Panhard que possuía duas Secções de AM. Além destas alterações, o QO do ERec Chaimite e do ERec AML Panhard contemplava uma secção de Vigilância do Campo de Batalha⁷⁹.

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional em Dezembro de 1970 deviam ser constituídos três Esquadrões com a orgânica de um ERec Chaimite, um por cada TO. O QO do ERec Chaimite reduzido foi criado devido à quantidade de viaturas Chaimite a serem distribuídas não serem suficientes para a reestruturação da totalidade das unidades de reconhecimento, e a solução proposta de adquirir mais VB ter sempre despachos desfavoráveis. Este QO destinar-se-ia a substituir o QO do ERec AML Panhard aprovado em junho de 1970⁸⁰. Sendo que as viaturas chaimite adquiridos pelo PAE 68 ainda estavam a chegar, e não sendo possível prever a data de fornecimento integral das viaturas fixadas no QO do ERec Chaimite Reduzido, foi assim aprovado o QO Chaimite – AML Reduzido, com carácter provisório, mas com a diretiva superior de ser aplicado imediatamente, substituindo assim o QO AML Panhard. Até ao final do conflito nunca se veio a confirmar a constituição

⁷⁶ Ver Anexo C

⁷⁷ Ver Anexo D

⁷⁸ A razão para a alteração de duas para uma secção de AM foi de diminuir o tamanho dos PelRec. Isto porque, com duas tornava-se excessivamente grande tornando difícil a ação de comando em relação à coordenação e conjugação das viaturas blindadas. Nestas condições os PelRec manteriam poder de fogo e agressividade suficiente, permitindo a execução das manobras táticas necessárias ao cumprimento das missões que lhes estavam atribuídas.

⁷⁹ PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX
PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

⁸⁰ Esta decisão não era consensual. Várias mensagens dos TO para a metrópole davam conta que as primeiras viaturas Chaimite (tinham todas características de VBTP) deviam integrar os Esquadrões Fox para lhes aumentar a capacidade. Isto devido ao estado deteriorado do material Fox e White que equipava estes Esquadrões. A resposta foi que deviam equipar os Esquadrões AML porque, apesar destes possuírem as suas viaturas em bom estado operacional não possuíam viaturas VBTP, e a finalidade era ter as unidades dotadas com os seus meios operacionais mas também de forma diversificada de acordo com os QO.

de ERec com a constituição do QO do ERec Chaimite, isto apesar do despacho do ministro atribuindo a constituição de um para cada TO⁸¹.

7.3. Síntese Conclusiva

Tendo em conta o que foi abordado neste capítulo vamos fazer uma análise do que foi referido e finalizar com a resposta à nossa Q.I **“Foram necessárias alterações à organização das unidades de reconhecimento blindado mobilizadas para os TO de África para fazer face às missões que lhes eram atribuídas?”**.

Podemos verificar que a orgânica que as unidades de reconhecimento blindado utilizaram em África foi muito semelhante à que era utilizada antes de 1961. Ainda assim e mediante o exposto anteriormente, existiram algumas diferenças. As principais que se verificaram deveram-se aos sistemas de armas empregues pelas unidades de reconhecimento blindado nos TO. Fazendo um apanhado do capítulo anterior das causas mais importantes que podiam influenciar a organização destas unidades, podemos destacar a antiguidade dos sistemas de armas, o desgaste decorrente do uso operacional, as dificuldades de manutenção devido à falta de pessoal técnico credenciado e à falta de sobressalentes. Podemos destacar também a influência do terreno que, como vimos no capítulo anterior, teve influência na operacionalidade das viaturas, e conseqüentemente uma influência na organização. Isto teve como consequência, o já referido anteriormente no exemplo do ERec 693, a existência unidades que não conseguiam ter na sua organização para o combate todas as secções orgânicas, ou que as secções orgânicas não tivessem todos os meios que lhes eram atribuídos. São exemplo disso as secções de AM simplesmente a uma AM, ou as secções de atiradores montadas em viaturas sem blindagem. As alterações à orgânica podiam ser também, de reforço das secções orgânicas com material que conferisse maior proteção e melhor eficácia no cumprimento das missões atribuídas. Exemplo disto foi a substituição dos Jeeps 4x4 por AM Daimler no ERec 2640.

A partir de 1970 assistimos a uma realidade diferente. Com a aquisição e introdução das VB Chaimite deu-se uma alteração de QO. Estes QO aprovados além de já integrarem na sua constituição as tarefas que se executavam num ambiente de guerra subversiva,

⁸¹ PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX
PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

alteravam a constituição destas unidades para uma secção de AM, e duas secções de atiradores exploradores. Estas alterações colocavam os PelRec a atuarem unicamente com VB, bem como diminuía o seu tamanho para facilitar a ação de comando, mantendo a agressividade e poder de fogo suficientes, permitindo assim uma melhor execução de manobras táticas.

Dando uma resposta objetiva à Q.I podemos afirmar que foram necessárias alterações à orgânica das unidades de reconhecimento blindado. Baseado na análise que fizemos, estas deveram-se sobretudo aos sistemas de armas utilizados. Podemos afirmar que estas alterações tiveram duas fases. A primeira até 1970 em que as alterações nunca levaram a alterações de QO, e deveram-se principalmente às limitações dos sistemas de armas. A segunda a partir de 1970 em que as alterações efetuadas à organização levaram à aprovação de novos QO. As alterações da segunda fase resultaram da introdução da VBTP Chaimite, e a uma intenção de reduzir os tamanhos dos PelRec.

Feita a análise do terceiro fator em estudo ficaram apresentadas as alterações que se deram à organização das unidades em África. Vamos agora passar à análise da instrução e treino para perceber se existiram mudanças na preparação das unidades, devido ao facto de estarem a ser mobilizadas para um TO onde, tal como vimos no capítulo cinco, as tarefas executadas podiam não estar enquadradas nas missões doutrinárias convencionais, e onde, como referido na revisão de literatura, se vivia um clima de insegurança.

CAPÍTULO 8 – INSTRUÇÃO E TREINO

Finalizado o estudo sobre a organização das unidades de reconhecimento blindado vamos abordar neste capítulo a instrução e treino destas unidades. Neste capítulo vai ser analisado a existência de modificações na instrução com vista ao emprego das unidades num teatro subversivo, finalizando-se com a resposta à terceira Q.I.

8.1. Instrução e treino antes de 1961

Segundo o Regulamento para a instrução do Exército, “a instrução visava fundamentalmente a preparação para a guerra, e devia dar uma preparação técnica e tática, com especial atenção para a preparação física e moral” (1957, p. 5). Esta preparação para a guerra, relativamente à instrução e educação militar do seu pessoal, compreendia essencialmente, a instrução pré-militar, a preparação militar, e a preparação auxiliar. A preparação pré-militar era ministrada até à idade de incorporação, e por isso não está no âmbito do estudo deste trabalho. A preparação auxiliar apesar de ser ministrada já nas unidades, tinha como objetivo a formação literária, e tal como a instrução pré-militar não se enquadra no âmbito deste estudo. A preparação militar compreendia a instrução preliminar, e a instrução de aperfeiçoamento (IA). A instrução preliminar era destinada à formação daqueles que constituíam as tropas e os quadros do Exército, e compreendia essencialmente a instrução nas escolas de recrutas, Escola central de sargentos, e Escola do Exército⁸². A IA era destinada à consolidação, aperfeiçoamento e desenvolvimento das práticas e dos conhecimentos militares, adquiridos anteriormente na instrução preliminar, e compreendiam essencialmente a instrução nas unidades, nas escolas práticas das armas e serviços e em exercícios anuais (EME, 1957). Esta preparação militar é sim aquela que o nosso estudo abrange.

A instrução de uma unidade de reconhecimento blindado visava o comando e controle, a técnica na execução das suas missões normais, bem como o manuseamento dos

⁸² Em 1959 por Dec-lei n.º 42151 e 42152 de 12 de Fevereiro a Escola do Exército deixou de existir sendo substituída pela Academia Militar

seus sistemas de armas. A instrução incidia nestas unidades no ataque; na defensiva; reconhecimento do contacto; em reconhecimentos de itinerários, zonas de ação e áreas; seguranças de flanco; guardas da retaguarda; e guardas de linhas de comunicação (DAC, s/d).

8.2. Instrução e Treino para um ambiente de Guerra Subversiva

Com os acontecimentos de Abril de 1961 em Angola foi decidida uma intervenção imediata. Ficou também acordado a difusão a todos os quadros da doutrina seguida no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE). Devido à falta de capacidade deste centro foram feitas equipas de instrutores para se deslocarem a outros Centros de Instrução (CI). Devido ao incremento da mobilização para os TO de África, as Escolas Práticas, os CI, e as unidades passaram a ter cada vez mais encargos com a instrução. Em 1961 a preparação consistia na reciclagem das instruções, que já existiam e que já tinham sido instruídas nas modalidades de guerra convencional, mas agora para a guerra subversiva (EME, 1989a)

Segundo o Relatório Anual da Instrução do Exército de 1965, a instrução orientava-se segundo três objetivos⁸³, onde se destaca a preparação das tropas para África para fazer face às necessidades operacionais. Mediante isto tínhamos o sistema de instrução do contingente geral de praças organizado por: Instrução Básica (IB), ministrada nos CI; Instrução Especial (IE), ministrada nos Centros de Instrução Especial (CIE) e que visavam a formação individual de várias especialidades; Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO), para a integração das unidades constituídas⁸⁴ (EME, 1989a). Tendo em conta a natureza da investigação, a IAO é o tipo de instrução que mais faz sentido analisar, devido a ser esta atividade de instrução que empenhava as forças constituídas, de acordo com as necessidades de mobilização e que as preparava para a guerra de África.

Analisando vários relatórios das unidades⁸⁵, antes destas serem mobilizadas para o ultramar tinham uma instrução específica para a contra subversão, que como referido anteriormente, era a IAO. As unidades de reconhecimento recebiam as praças prontas da Escola de Recrutas e dava-se início à IAO que tinha uma duração variável⁸⁶.

⁸³ A preparação de tropas para fazer face às necessidades operacionais em África; A missão de segurança na Metrópole; A satisfação de compromissos internacionais.

⁸⁴ Eram as unidades mobilizadas para África

⁸⁵ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

⁸⁶ Podia durar entre duas semanas a um mês

Este tipo de instrução era normalmente orientada diretamente pelo comandante de cada Pelotão, sendo estes por sua vez orientados pelo comandante do Esquadrão, que era orientado pelo Diretor de Instrução⁸⁷.

Esta IAO compreendia numa primeira parte palestras sobre a guerra subversiva, as atividades do In, e as atividades das nossas forças, sendo desenvolvidas por oficiais recentemente regressados das províncias. Numa segunda parte eram realizados exercícios de campo, em que se criava um ambiente semelhante ao que iriam encontrar na província de destino e que tinham em vista, além da familiarização com um clima de insegurança, o treino das missões mais executadas pelas unidades de reconhecimento no ultramar. Neste sentido treinavam-se escoltas, reconhecimentos a itinerários, reconhecimentos auto com exploração apeada e segurança laterais, socorros a localidades atacadas, bem como ocupação e defesa de pontos sensíveis. Era referenciado nos vários relatórios a colaboração de outras unidades de reconhecimento na IAO. Esta colaboração prendia-se no desenvolvimento de ações contra as nossas forças semelhantes às que o In executava nas províncias. Estas ações eram ataques ao estacionamento, colocação de engenhos explosivos, emboscadas às colunas nos itinerários, e ataques às populações⁸⁸.

Além destes treinos realizados era dado grande ênfase na IAO ao tiro, bem como à instrução das viaturas que iriam encontrar na província, nos seus múltiplos aspetos de condução, manutenção e aspeto tático. A este último aspeto era dado maior importância que aos outros, pois sabia-se que era nos itinerários que iria decorrer a maior parte da ação no ultramar⁸⁹.

Em 1971 surgem mensagens a dar conta da falta de material para a instrução dos Esquadrões de Reconhecimento FOX. Segundo estas mensagens a única AM Fox que existia na metrópole estava na EPC e estava destinada à instrução do Curso de Oficiais Milicianos (COM) e Curso de Sargentos Milicianos (CSM). Esta instrução também não podia ser ministrada nos TO, em virtude de não sobrecarregar as unidades Fox operacionais com encargos de instrução, nem de desviar material para tal fim, vista a inoperacionalidade de muitas AM Fox, e a dificuldade na obtenção de sobressalentes. O mesmo é referido para as AML Panhard, em que o material para a instrução era insuficiente. Isto passava-se

⁸⁷ O Diretor de instrução era normalmente um Capitão. Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

⁸⁸ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

⁸⁹ Missões constantes na História das unidades retirada do Arquivo Histórico militar. Informação detalhada na bibliografia

transversalmente para todas as viaturas já que eram na sua maioria material muito antigo com dificuldade na obtenção de sobressalentes, encontrando-se muitas já inoperacionais, não sendo mesmo suficientes para o encargo operacional dos ERec e PelRec. Quanto às Chaimite as dificuldades na instrução passavam também por falta de material devido a muitas viaturas ainda não terem sido entregues em 1971, e também porque a empresa fornecedora daquele material ainda não tinha promovido estágios de formação de instrutores e monitores, ao qual se encontrava obrigada por contrato⁹⁰.

8.3. Síntese Conclusiva

Tendo em conta o que foi abordado neste capítulo vamos fazer uma análise do que foi referido e finalizar com a resposta à nossa Q.I **“Foram necessárias alterações à instrução e treino das unidades de reconhecimento blindado para o seu emprego num ambiente de guerra subversiva?”**

Podemos verificar com a investigação realizada neste capítulo que o Exército previa na preparação das unidades para a guerra, a instrução preliminar e a IA. A instrução preliminar consistia na formação dos militares na altura da sua incorporação, enquanto a IA correspondia ao treino operacional que já era realizado nas unidades. Vimos ainda que em relação a uma unidade de reconhecimento blindado, a instrução estava orientada para a execução das suas missões convencionais.

Com o surgimento da Guerra de África verificamos, tal como referido na revisão de literatura, que as características de atuação num conflito deste género eram diferentes. Verificamos também no capítulo cinco que, apesar de algumas tarefas que foram executadas no terreno se poderem enquadrar dentro das missões do reconhecimento, elas foram ligeiramente diferentes. Na análise deste Capítulo referimos que a grande preocupação na instrução era agora a preparação das unidades para África, e que esta preparação era realizada na IAO. Posto isto e segundo os relatórios analisados neste capítulo foi possível verificar que as unidades de reconhecimento sentiram a necessidade de alterar a IA. Os relatórios fazem referência que IAO estava vocacionada para a atuação num ambiente subversivo, e era um treino para aquilo que iam encontrar no terreno e para cumprirem as

⁹⁰ PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX
PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

tarefas que lhes eram atribuídas. Vimos também que existiam grandes dificuldades na instrução destas unidades devido à falta de material, tal como já referido no capítulo dois.

Respondendo objetivamente foram necessárias alterações à instrução. Elas foram influenciadas pelas características do conflito, em que foram introduzidas palestras por oficiais que já tinham estado neste tipo de conflito, e a tentativa de criar um ambiente de insegurança similar ao que iam encontrar. Foram também influenciadas pelas tarefas que eram executadas nestes teatros, sendo assim introduzido na IAO, o treino das missões que iam executar nos TO. Foram do mesmo modo influenciadas pela forma de atuação do In, sendo assim introduzidas colaborações com outras unidades, em que estas realizavam ações iguais às desenvolvidas pelo In nos TO. Foram similarmente influenciadas pelo terreno, devido às suas grandes restrições e ser nos itinerários o local onde se desenrolavam a maior parte das operações, sendo assim enfatizada a instrução da condução tática.

CONCLUSÃO

Perante a investigação realizada acreditamos estar agora capazes de responder à nossa QC: **“Terá a Organização, a Instrução e Treino, e os Sistemas de Armas das Unidades de Reconhecimento Blindado, assim como as suas missões orientadas para a Guerra Convencional, sido um fator limitativo para o seu emprego em ambiente subversivo na Guerra de África (1961/1975)? Se sim, quais as adaptações que foram aplicadas para fazer face ao cumprimento das missões atribuídas?”**

Ao longo da investigação é notória a influência do terreno e do In nos quatro fatores (Missões, Sistemas de armas, Organização e Instrução e Treino) de análise escolhidos para este estudo. O facto de o terreno ser muito restritivo, ou de ficar em estado degradado devido às condições meteorológicas, bem como a evolução do In, influenciavam o tipo de tarefas que eram executadas (ação desenvolvida maioritariamente em itinerários), e também o emprego dos sistemas de armas (desgaste no material, dificuldade em atuar em terrenos restritos, e necessidade de sistemas mais potentes para fazer face ao In), que por sua vez influenciavam a organização que era utilizada, ou o tipo de instrução e treino que era realizado.

Mediante a análise feita podemos concluir que as missões convencionais das unidades de reconhecimento só foram limitativas no aspeto da execução das tarefas de ação psicológica, pois não ofereciam nenhum suporte teórico de qualquer tipo para a sua execução. Em relação à organização não consideramos uma limitação, visto as alterações que analisámos anteriormente se terem devido essencialmente às limitações dos sistemas de armas. Contudo podemos referir que a necessidade de se constituírem Pelotões mais pequenos contribuiu para as alterações de QO, ainda que não se considere que isto tenha sido uma limitação ao emprego destas unidades. Em relação à instrução e ao treino, além de limitações provocadas pelos sistemas de armas, considera-se que existiu uma limitação devido à falta de preparação e de conhecimento sobre os conflitos subversivos. Em relação aos sistemas de armas concluímos que foi o fator em análise que apresentou mais limitações ao emprego destas unidades. As viaturas obsoletas, a falta de manutenção, a falta de sobressalentes, e a falta de material para instrução foram todos fatores que contribuíram para

que os sistemas de armas fossem, na sua verdadeira aceção da palavra, uma limitação e tivessem influência nos demais fatores em estudo. Ainda assim vemos que estas limitações deviam-se a questões de sustentação e não às suas características operacionais e que podiam verificar-se em qualquer tipo de conflito. O emprego operacional das unidades, em relação a estes sistemas e neste tipo de conflito, foi prejudicado devido à existência de matas densas (dificultava a operação destes sistemas, em que certos casos nem conseguiam rodar a peça), ao desgaste que a época das chuvas provocava nos itinerários (que neste tipo de conflito eram onde se desenrolavam a maior parte das operações), bem como a fraca blindagem e poder de fogo, sendo referido, mais que uma vez em relatórios que neste tipo de conflitos seria necessárias viaturas mais potentes.

Em relação às adaptações feitas para fazer face a estas limitações vamos abordá-las por fatores de investigação. Para suprimir a falta de doutrina em relação às tarefas de ação psicológica foi publicado o Manual “O Exército na Guerra Subversiva”. No sentido de melhorar o emprego dos sistemas de armas, substituiu-se a peça da EBR Panhard por um projetor de luz, utilizaram-se duas AM Fox sem rodas e sem motor em cima de um vagão para abertura de linhas, adaptou-se dois filtros de ar em banha de óleo na entrada de ar do motor da AML Panhard para evitar agastamento do motor, substituíram-se os motores da AML Panhard por motores da Opel de 1900 cc, devido à falta de sobressalentes, e aumentou-se a blindagem da AM Daimler. Em termos de organização aprovaram-se novos QO em 1970 com a entrada ao serviço das viaturas Chaimite. Em relação ao último fator em análise foram introduzidas palestras sobre a subversão por oficiais com experiência na guerra, bem como se introduziram treinos, onde se realizavam ações iguais às desenvolvidas pelo In nos TO, de modo a criar um ambiente de insegurança, e treinos das tarefas mais executadas em África.

Podemos concluir que realmente os sistemas de armas foram a maior limitação destas unidades, pelo simples facto de terem influenciado todos os outros fatores em análise. Contudo vemos que as razões desta influência sobre os outros fatores poderiam verificar-se em qualquer tipo de conflito, visto serem derivadas dos problemas de sustentação das viaturas. Realmente existiram pequenas limitações em todos os fatores de análise neste conflito, em relação ao convencional, sendo que nos parece que foram contornadas com dedicação, e capacidade de improvisação das forças, para as ultrapassar. Na atualidade podemos ver que a maioria de conflitos são de carácter não convencional. Fazendo um paralelismo com a situação de Portugal em 1961, e com o facto de termos unidades organizadas e treinadas para o combate convencional, mas que necessitam de adaptações

para o combate irregular, vemos que a estruturação das forças operacionais do Exército (unidades da componente operacional do sistema de forças) orientadas para a guerra convencional permitem uma rápida e “fácil” adaptação ao cumprimento de missões de outra tipologia.

Comparativamente com aquilo que se verificou em África, onde partindo de uma estrutura adaptada ao combate convencional e algumas limitações de emprego operacional num conflito subversivo, com flexibilidade e improvisação, as forças passaram a desempenhar missões no âmbito da contra subversão. De acordo com a capacidade das forças em se adaptarem rapidamente ao cumprimento de missões que não as convencionais, o atual dispositivo de forças demonstra-se efetivamente como uma mais-valia para o cumprimento de tarefas no âmbito do quadro de conflitualidade anteriormente apresentado.

Limitações e Dificuldades da Investigação

O excesso de informação marginal, devido ao facto de se encontrar demasiada informação relacionada com o tema mas que não era necessária à realização deste trabalho. A informação pesquisada no AHM (Arquivo Histórico Militar) era também além de marginal muito minuciosa, ou seja, apresentava muitos pormenores que eram desnecessários para os objetivos a que nos propusemos com esta investigação. Na pesquisa deste tipo de informação existiu a dificuldade de se conseguir avaliar a precisão e a exatidão da informação que era encontrada no AHM. Por último o investigador sentiu dificuldade na distinção do que seria importante para a investigação do que seria necessário, fazendo muitas vezes pesquisas de assuntos que não pertenceram ao âmbito deste estudo.

Recomendações

Após a elaboração deste trabalho e devido a lacunas e imprecisões encontradas vemos a necessidade da consecução de novos trabalhos para melhor compreender a Guerra de África e para a melhor sistematização da informação. Assim verificamos a importância da reorganização de algumas partes dos documentos referentes às unidades de reconhecimento blindado no AHM, isto porque, o que realmente aparece não está em conformidade com o título dos documentos. Vemos com pertinência a elaboração de uma futura investigação com vista a análise da organização das forças ao nível de pessoal, e meios destas unidades (nesta investigação só foram objeto de estudo os sistemas de armas). Neste caso fazer uma

comparação dos três teatros de operações mediante estes dois fatores de análise. Seria também oportuna uma investigação que realizasse a comparação entre esta investigação, e aquilo que acontece na atualidade, visto as nossas forças continuarem com as grande missões convencionais do reconhecimento mas em teatros de operações serem muita vezes chamadas a desempenharem missões diferentes.

BIBLIOGRAFIA

Academia Militar. (2009). *Manual da Unidade Curricular M213 - Sistemas de Armas de Cavalaria*. Lisboa: Academia Militar.

Academia Militar. (s/d). *Instrução de Tática de Cavalaria*. Lisboa: Academia Militar.

Afonso, A., & Gomes, C. d. (2009). Guerra Colonial- Teorias e Práticas da Contra-Subversão. *Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 30*, 435-452.

Afonso, A., & Gomes, C. M. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- 1961- Volumes 1 a 12*. Lisboa: QuiNovi.

Amaral, P. (1966). A Cavalaria na Guerra Subversiva. *Revista da Cavalaria*, 255-269.

Baker, D. F. (2012). *THE RELEVANCE OF ARMOR IN COUNTERINSURGENCY OPERATIONS*. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press.

Cameron, R. S. (2010). *To Fight or Not to Fight? Organizational and Doctrinal Trends in Mouted Maneuver Reconnaissance from the Interwar Years to Operation IRAQI FREEDOM*. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press.

Cann, J. (2012). *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese way of war 1961-1974*. Londres: Helion Company.

Coutinho, P. (2012a). Exército Português - Autometralhadoras (1ª Parte). *Revista da Cavalaria*, 3ª série, Ano VII, n. 26, 11-21.

Coutinho, P. (2012b). Exército Português - Autometralhadoras (2ª Parte). *Revista da Cavalaria*, 3ª série, Ano VII, n. 27, 6-16.

David, R. (2003). *Wheeled Fighting Vehicle*.

Deslandes, L. (1956). A Cavalaria Blindada . *Revista da Cavalaria*, 317-334.

Direcção da Arma de Cavalaria [DAC]. (1960). *Regulamento para a Instrução de Tropas de Cavalaria- Título X- Regimento de Reconhecimento*. Lisboa: Direcção da Arma de Cavalaria.

Direcção da Arma de Cavalaria [DAC]. (s/d). *REGULAMENTO PARA A INSTRUÇÃO E EMPREGO DAS TROPAS DE CAVALARIA- UNIDADES DE RECONHECIMENTO*. Lisboa: Direcção da Arma de Cavalaria.

Estado Maior do Exército [EME]. (1954). *Quadros Orgânicos de Mobilização*. Lisboa: EME.

Estado Maior do Exército [EME]. (1957). *Regulamento Geral para a Instrução do Exército*. Lisboa: EME.

Estado Maior do Exército [EME]. (1966). *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: EME.

Estado Maior do Exército [EME]. (1989a). *RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974)- 1º Volume, Enquadramento Geral*. Lisboa: EME.

Estado Maior do Exército [EME]. (1989b). *RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Angola*. Lisboa: EME.

Estado Maior do Exército [EME]. (1989c). *RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Guiné*. Lisboa: EME.

Estado Maior do Exército [EME]. (1989d). *RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Moçambique*. Lisboa: EME.

Exército Português. (2008). *PAD 320-01 Publicações do Exército*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Exército Português. (2012a). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Exército Português. (2012b). *Manual Doutrinário da Brigada de Intervenção (VBR Pandur II 8x8)*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Ferreira. (2004). *As Unidades de Reconhecimento em Portugal no sec. XX. Organização, equipamento e doutrina de emprego*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Cavalaria, Academia Militar, Lisboa.

Ferreira, J. J. (2009). *EM NOME DA PÁTRIA*. Alfragide: Dom Quixote.

Gomes, C. d. (2010). O Teatro de Operações de Moçambique. Em J. L. (coord), *A Academia Militar e a Guerra de África* (pp. 146-173). Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.

Júnior, G. (1954). As missões actuais da Cavalaria. *Revista da Cavalaria*, 287-292.

Kerns, B. D. (2006). *NOT JUST AN INFANTRYMAN'S WAR: UNITED STATES ARMORED CAVALRY OF THE VIETNAM WAR*. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press.

Lopes, P. (2014). *A Tipologia das Unidades Mobilizadas pela Arma de Cavalaria durante a Guerra de África (1961-1974)*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Cavalaria, Academia Militar, Lisboa.

Machado, D. (1962). As Unidades de Reconhecimento da Cavalaria na Guerra Moderna. *Revista da Cavalaria*, 113-126.

Machado, D. (1963). Guerra Moderna. *Revista da Cavalaria*, 251-256.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Marques, T. (2010). As Autometralhadoras- Alguns exemplos nos Exércitos Aliados. *Revista da Cavalaria*, 3ª Série, Ano VII, n. 21, 15-22.

Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2014). Despacho nº. 11400/2014 de 11 de setembro: Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar. *Diário da República*, 2ª série, n.º 175, 23656 - 23657

Nogueira, R. (1967). Emprego da Cavalaria no Ultramar. *Revista da Cavalaria*, 269-274.

Nunes, A. L. (2010). O Teatro de Operações de Angola. Em J. L. (coord), *A Academia Militar e a Guerra de África* (pp. 117-142). Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.

Peters, R. M. (2005). *"Jack of All Trades:" The Metamorphosis of Armored Cavalry in Vietnam*. Louisville, Kentucky: University of Louisville .

Pinheiro, J. (1963). *Natureza e fundamentos da guerra subversiva*. In *Junta de Investigação do Ultramar (Coord). Subversão e Contra Subversão*. Lisboa: Bertrand.

Pires, N. L. (2014). *Wellington, Spínola e Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo Literário.

Ramos, C. R. (1961). A Cavalaria na Província de Moçambique. *Revista de Cavalaria* , 49-52.

Rodrigues, J. (2009). *"INSURGÊNCIA" OU "SUBVERSÃO"? CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO E ENQUADRAMENTO ACTUAL*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Santos, C. d. (2010). *M211 - Elementos de Armamento - Manual do Aluno*. Lisboa: Academia Militar.

Sousa, H. (1985). *Armas e Tiro de Carros de Combate*. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar.

Sousa, H. C. (1985). *Armas e Tiro de Carros de Combate*. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar.

Telo, A. (2010). Portugal e a Guerra de África - Enquadramento Internacional e situação Política Nacional. Em J. L. (coord), *A Academia Militar e a Guerra de África* (pp. 13-19). Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.

Fontes do Arquivo:

PT/AHM/FE/40/459- Apontamentos para os trabalhos de Aplicação- Guerra Subversiva

PT/AHM/FE/40/171 – Guerra Subversiva – Subsídios para uma estratégia de reação

PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

PT/AHM/DIV/2/10/32/4 – Unidades de Reconhecimento no Ultramar – Viaturas Blindadas de Reconhecimento

PT/AHM/DIV/2/2/163/15- ECav 149 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/2/168/22- ECav 122 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/2/86/35 – PelRec 2107; PelRec 2108 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/107/4 – ERec 693 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/123/3 – PelRec Fox 3054 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/260/6 – PelRec Fox 2085 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/125/16 – PelRec Fox 2175 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/103/10 – PelRec Daimler 805 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/103/7 – PelRec Daimler 806 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/103/6 – PelRec Daimler 810 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/87/7 – ERec Fox 2640 – História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/87/5 – ERec Fox 2350 - História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/103/2 – PelRec Daimler - História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/103/3 – PelRec Daimler - História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/83/8 – ERec Fox - História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/69/4 – Batalhão de Caçadores - História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/103/14 – PelRec AML 2024 - História da Unidade

PT/AHM/DIV/2/4/101/5 – ERec Fox 3431 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/4/87/4 – Ere AML 2641 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/4/100/14 – PelRec Fox - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/4/103/15 – PelRec Fox 2022 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/4/107/6 – ERec AML 2454 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/108/1 – ECav 2 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/22 – PelRec Daimler 836 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/86/7 – PelRec Daimler 2109 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/86/8 – PelRec Daimler 2111 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/21 – PelRec Daimler 835 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/20 – PelRec Daimler 834 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/19 – PelRec Daimler 833 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/18 – PelRec Daimler 812 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/124/11 – PelRec Daimler 835 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/109/7 – PelRec Daimler 2110 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/75/11 – PelRec Daimler 3008 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/75/13 - PelRec Daimler 3007 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/80/2 – PelRec Daimler 2102 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/80/4 – PelRec Daimler 2101 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/28 – PelRec Daimler 1180 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/27 – PelRec Daimler 1179 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/26 – PelRec Daimler 1178 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/25 – PelRec Daimler 1177 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/24 – PelRec Daimler 1167 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/23 – PelRec Daimler 1166 - História da Unidade
PT/AHM/DIV/2/7/73/17 – PelRec Daimler 811 - História da Unidade

APÊNDICES

Apêndice A – Modelo de Análise das Unidades de Reconhecimento Blindado na Guerra de África

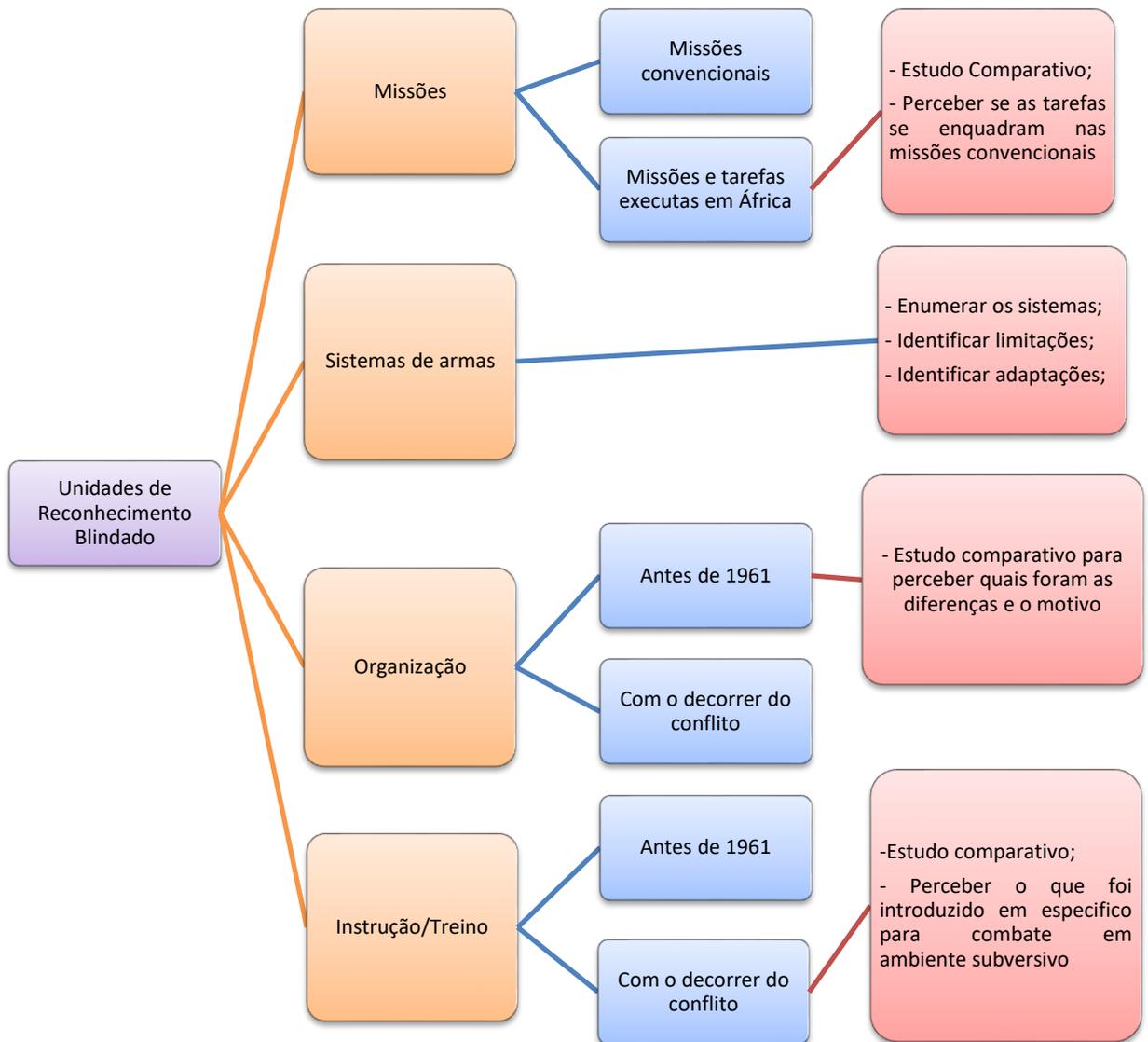


Figura nº1 - Modelo de análise

Apêndice B - Articulação das Forças – Generalidades

Generalidades

A decisão sobre a forma de conduzir a luta contra a subversão, em determinado território, segundo o EME (1966) deverá resultar da análise dum estudo de situação em que contribuía diversos fatores, como o terreno, as condições meteorológicas, a população, recursos, o In e os meios.

Decorrente deste estudo de situação o comandante militar tomava uma decisão, resultando dessa mesma decisão um dispositivo (zonas a ocupar e efetivos), e missões a dar às unidades (EME, 1966)

Para escolher as zonas a ocupar existiam três fatores. O primeiro tinha a ver com a recetividade, e o grau de resistência das diferentes regiões às ações psicológicas do In, em que assim se deviam ocupar em primeiro lugar as regiões de menor resistência. O segundo, é a importância económica das regiões faladas anteriormente, sendo que as primeiras a ser ocupadas seriam as mais importantes economicamente. Por último considerava-se para esta escolha, a direção ou direções do mais importante auxílio exterior dado à subversão, sendo assim que as primeiras regiões a ser escolhidas seriam as de fronteira ou de costa que permitissem cortar esse auxílio (EME, 1966).

Em relação à escolha dos efetivos a colocar em cada zona, esta dependia da finalidade que se pretendia atingir. Além da finalidade contribuía também para esta escolha outros fatores, como por exemplo, a superfície que se ia guarnecer; o número de habitantes e a sua disposição; o número e localização dos pontos sensíveis, tanto de carácter económico como militar, a defender; a fase em que se encontrava a subversão e atividade do In; o valor do auxílio externo à subversão; e por último a organização, equipamento e instrução das forças disponíveis (EME, 1966).

Em relação às missões a dar às unidades, elas concretizavam-se fundamentalmente em definir um sector⁹¹ para a unidade e uma finalidade⁹² atingir. A ocupação de um território a pacificar seria a primeira operação a ser realizada (EME, 1966).

Articulação das forças

O dispositivo das forças militares numa guerra subversiva não poderia ser o mesmo que numa guerra convencional. Isto porque se tratava duma guerra em superfície, em que os adversários encontravam-se justapostos e não frente a frente, e o objetivo seria a conquista da população, cujo apoio seria fundamental, tornando-se assim evidente que toda a área do território teria de ser guarnecida, mantendo um contacto íntimo com a população. (EME, 1966).

Ocupadas então as zonas surgem assim as forças de quadrícula⁹³, forças estas dispersas pelo território com sedes nas povoações e pontos importantes, destinadas a guarnecer o território e a manter o contacto com a população. Apesar dos efetivos de cada unidade elementar de quadrícula serem adaptados à importância do local que guarneciam, a unidade básica era a companhia, sendo que o território era assim dividido em sectores de companhia. Estas companhias de quadrícula eram normalmente integradas em batalhões e estes em agrupamentos, sendo que a cada um destes escalões de comando correspondia um sector que integrava os sectores das unidades subordinadas (EME, 1966).

Estas unidades de quadrícula não eram suficientes para se conduzir uma luta eficaz contra os bandos armados e guerrilhas. Isto porque apesar do espírito ofensivo que devia guiar estas unidades, elas não podiam assegurar, por toda a parte, a procura sistemática dos elementos rebeldes e a sua destruição nas zonas de refúgio. Para isso existia outro conjunto de forças destinadas a levar a efeito um ação ofensiva de procura e aniquilamento dos bandos e guerrilhas. Estas unidades constituíam as forças de intervenção (EME, 1966).

⁹¹ Sector de uma unidade era definido por um limite contínuo, e não por dois limites laterais, porque se tratava de uma ocupação em superfície e não de uma frente. O limite era indicado por uma série de pontos bem nítidos no terreno e nas cartas. Para fazer o seu traçado devia-se ter em conta as vias de comunicação, a divisão territorial administrativa, e a organização territorial do In.

⁹² As finalidades a atingir podiam traduzir-se em missões de segurança de um sector, controle de um sector, ou limpeza de um sector

⁹³ Designadas também por forças de ocupação.

A diferenciação entre unidades de quadrícula e de intervenção, não correspondia à existência de dois escalões de forças distintos, isto porque todas as unidades estavam integradas num único conjunto de forças, que estavam escalonadas nos sucessivos comandos (companhias, batalhões e agrupamentos), e em cada um destes escalões existiam, normalmente, subunidades de quadrícula e de intervenção (EME, 1966).

Apêndice C - Missões Convencionais vs Missões executadas no terreno

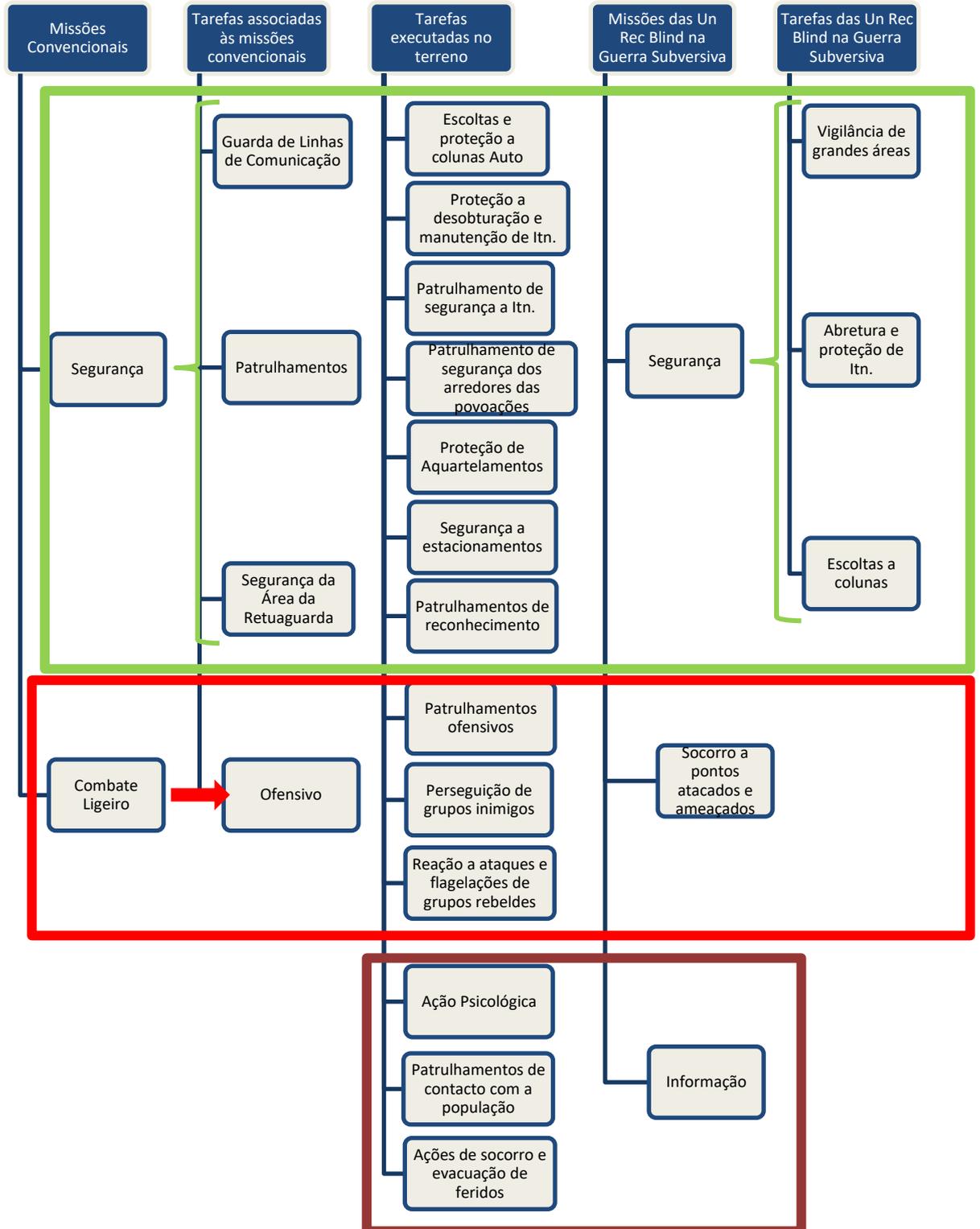
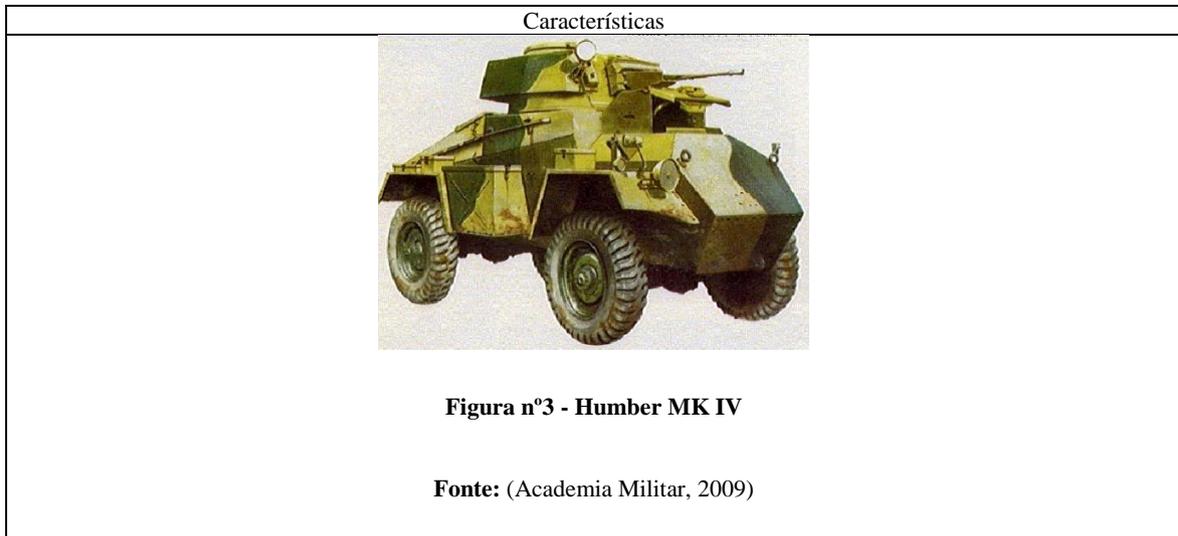


Figura nº2 - Missões convencionais vs Missões executadas no terreno

Apêndice D - Humber MK IV

Quadro nº7 - Humber MK IV



Tipo	Autometralhadora Canhão
Origem	Reino Unido
Peso	7 Ton – 8 Ton em ordem de combate
Comprimento	4,57 m
Largura	2,18 m
Altura	2,38 m
Guarnição	3 homens (chefe de carro, apontador e condutor)
Blindagem	15 mm
Declive	60%
Armamento / Munições	Peça de 37 mm M6, origem EUA – 6 granadas; 1 Metralhadora Besa 7,92 mm, coaxial – 2,475 cartuchos; Lança bombas de fumos – 8 bombas
Sistema de Pontaria	Luneta
Alcances da Peça	Máximo – 5.000 m Prático – 800 m
Perfuração	Capacidade de perfuração do projectil APCT a 500 m : 4,8 cm
Cadência de tiro da peça	8 a 10 tiros por minuto
Metralhadora Besa	Alcance Prático – 800 m Velocidade prática de tiro – 230 tiros por minuto
Sistema de Elevação das Armas	Manual
Rotação da Torre	360 graus – Manual
Defesa individual	1 Pistola – Metralhadora Sten MK 2 com 160 cartuchos; 6 granadas de mão defensivas
Motor	Gasolina de 2500 cc, 55 hp a 4.200 rpm, de 6 cilindros em linha e arrefecimento por líquido
Transmissão	4 Velocidades para a frente e uma para a retaguarda; possibilidade de duas ou quatro rodas motoras com redutor.
Depósito de combustível	136 litros
Relação peso/potência	12 hp/Ton
Suspensão	Molas em lâmina e amortecedores. Pneus com sistema runflat. Disponha de um compressor para encher os pneus
Velocidade máxima	72 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade em todo o terreno	40 Km/h

Autonomia	400 Km em estrada
Sistema elétrico	12 V
Rádio e intercomunicação	Emissor-recetor P 19 MK II/MK III

Fonte: Adaptado de Coutinho (2012)

Apêndice E - GM Fox MK I

Quadro nº8 - GM Fox MK I

Características	
	
<p>Figura nº4 - GM Fox MK I</p> <p>Fonte: (Academia Militar, 2009)</p>	
Tipo	Autometralhadora
Origem	Canadá
Peso	7 Ton – 8 Ton em ordem de combate
Comprimento	4,6 m
Largura	2,3 m
Altura	2,4 m
Guarnição	3 homens
Blindagem	>15 mm
Declive	60%
Armamento / Munições	1 Metralhadora Browning 12,7 mm, com 2.200 cartuchos. 1 Metralhadora Browning 7,92 mm, com 2.750 cartuchos
Sistema de pontaria	Luneta
Alcances	Da metralhadora 12,7 mm: 1.200 m Da metralhadora 7,92 mm: 800 m
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da torre	360 graus - Manual
Defesa individual	Uma pistola-metralhadora FBP 9 mm c/ 90 cartuchos; Seis granadas de mão defensivas.
Motor	GMC, a gasolina, 6 cilindros em linha, arrefecido por água com depósito de compensação, potência de 90 hp.
Transmissão	Quatro velocidades para a frente e uma para a retaguarda; Possibilidade de duas ou quatro rodas motoras e quatro rodas motoras com redutor.
Depósito de combustível	136 litros
Relação peso/potência	12,9 hp/Ton
Suspensão	Suspensão de molas laminares e amortecedores; Pneus com sistema runflat; compressor para encher os pneus.
Velocidade máxima	72 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade em todo o terreno	40 Km/h
Autonomia	340 Km em estrada
Sistema elétrico	12 V
Rádio e intercomunicação	Emissor-recetor P 19 MK II/MK III

Fonte: Adaptado de Coutinho (2012)

Apêndice F - Panhard EBR 75

Quadro nº9 - Panhard EBR 75

Características	
	
<p>Figura nº5 - Panhard EBR 75</p> <p>Fonte: (Academia Militar, 2009)</p>	
Tipo	Autometralhadora canhão
Origem	França
Peso	12,5 Ton – 15,2 Ton em ordem de combate
Comprimento	6,15 m
Largura	2,42 m
Altura	2,24 m
Guarnição	4 homens (Chefe de carro, apontador, Condutor, Inversor)
Blindagem	10 a 40 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Armamento / Munições	Peça de 7,5 cm SA 49 – 56 granadas; 1 Metralhadora coaxial Mac 34 7,62 mm (NATO); 2 Metralhadoras Mac 34 7,62 mm Mac de cano curto, à frente e atrás (condutor e inversor) - 3.600 cartuchos para metralhadora; 4 lança bomba de fumos.
Sistema de pontaria	Luneta
Alcance da peça	Prático – 1500 m
Cadência de tiro da peça	8 a 10 tiros por minuto
Metralhadora Coaxial	Prático – 800 m; Velocidade prática de tiro – 230 tiros por minuto
Sistema de elevação das armas	Hidráulico e manual
Rotação da torre	360 graus – Hidráulico e manual
Defesa individual	1 Pistola-Metralhadora FBP 9 mm m/47 com 90 cartuchos; 6 granadas de mão defensivas.
Motor	A gasolina, Panhard, 200 hp, 12 cilindros horizontais e opostos, arrefecimento por ar; O motor fica situado por baixo da torre, o que obrigava a remover a torre sempre que havia necessidade de fazer reparações no motor.
Transmissão	Panhard, tração às oito rodas, três combinações de cinco velocidades para a frente e para a retaguarda; Possibilidade de elevar as quatro rodas centrais durante os deslocamentos por estrada; As quatro rodas centrais são de alumínio.
Depósito de combustível	380 litros
Relação peso/potência	13,3 hp/Ton
Suspensão	Barras de torção e amortecedores;

	Os pneus das quatro rodas eram de borracha maciça.
Velocidade máxima	105 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade em todo o terreno	40 Km/h
Autonomia	630 Km em estrada
Sistema elétrico	12 V
Rádio e intercomunicação	Emissor-recetor ERM 212

Fonte: Adaptado de Coutinho (2012)

Apêndice G - Daimler MK III

Quadro nº10 - Daimler MK III

Características	
	
<p>Figura nº6 - Daimler MK III</p> <p>Fonte: (Academia Militar, 2009)</p>	
Tipo	Autometralhadora ligeira
Origem	Reino Unido
Peso	3,215 Ton
Comprimento	2,23 m
Largura	1,72 m
Altura	1,5 m
Guarnição	2 homens (chefe de carro e condutor)
Blindagem	8 a16 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Altura do solo	20,3 cm
Armamento / Munições	1 Metralhadora Dreyse e 1.200 cartuchos
Motor	Gasolina de 2500 cc, 55 hp a 4.200 rpm, de 6 cilindros em linha e arrefecimento por líquido
Transmissão	5 Velocidades para a frente e uma para a retaguarda
Depósito de combustível	100 litros
Relação peso/potência	17,1 hp/Ton
Suspensão	Suspensão de molas e amortecedores. Pneus com sistema runflat
Velocidade máxima	88,5 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade em todo o terreno	40 Km/h
Autonomia	322 Km em estrada
Sistema elétrico	12 V
Rádio e intercomunicação	As viaturas que serviram no exército português não tinham rádio nem inter comunicação

Fonte: Adaptado de Coutinho (2012)

Apêndice H - Panhard AML 60

Quadro nº11 - Panhard AML 60

Características	
	
<p>Figura nº7 - Panhard AML 60</p> <p>Fonte: (Academia Militar, 2009)</p>	
Tipo	Autometralhadora ligeira
Origem	França e Republica de África de Sul
Peso	4,8 Ton – 5,5 Ton em ordem de combate
Comprimento	4,15 m
Largura	1,97 m
Altura	2,07 m
Guarnição	3 homens (Chefe de carro, apontador e Condutor)
Blindagem	10 a 40 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Armamento / Munições	Morteiro de 6 cm de carregar pela culatra - 53 granadas de morteiro nas viaturas normais e 32 nas de comando; 2 Metralhadoras Mac 34 7,62 mm (NATO), na versão francesa e nas primeiras cedidas pela RAS; 1 Metralhadora Browning 7,62 (NATO) nas últimas cedidas pela RAS - 3.800 cartuchos para metralhadora nas viaturas normais e 3.200 nas de comando;
Sistema de pontaria	Luneta
Alcance do morteiro	300 a 2600 m
Cadência de tiro da peça	8 a 10 tiros por minuto
Metralhadora Coaxial	Prático – 800 m; Velocidade prática de tiro – 230 tiros por minuto
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da torre	360 graus – Manual
Defesa individual	1 Pistola-Metralhadora FBP 9 mm m/47 com 90 cartuchos; 6 Granadas de mão defensivas.
Motor	A gasolina, Panhard 1,99 l, modelo 4 HD, 4 cilindros opostos, a gasolina, 90 hp a 4.700 rpm e arrefecimento por ar.
Transmissão	Embraiagem eletromagnética Panhard, tração às quatro rodas.
Depósito de combustível	150 litros
Relação peso/potência	17,3 hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores; Os pneus são do tipo runflat; Quando sai para todo o terreno a pressão dos pneus tem que ser reduzida a metade; Dispõe de um compressor para encher os pneus.
Velocidade máxima	92 Km/h

Velocidade de cruzeiro	60 Km/h
Velocidade em todo o terreno	40 Km/h
Autonomia	600 Km em estrada
Sistema elétrico	12 V
Rádio e intercomunicação	Viaturas de origem francesa (ANVRC - 10) Viaturas de origem RAS (C42)

Fonte: Adaptado de Coutinho (2012)

Apêndice I - White M3A1 4x4

Quadro nº12 - White M3A1 4x4

Características	
	
Figura nº8 - White M3A1 4x4	
Fonte: (Academia Militar, 2009)	
Tipo	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
Origem	Reino Unido
Peso	5,3 Ton
Comprimento	5,70 m
Largura	2,05 m
Altura	1,95 m
Guarnição	7 homens + condutor
Blindagem	7 a 14 mm
Declive	50%
Vau	0,75 m
Armamento / Munições	Metralhadora Madsen num apoio móvel em torno da blindagem
Motor	- Hercules a gasolina de 6 cilindros; - 110 cv de potência
Transmissão	- Monodisco, seco, acionamento mecânico; - Caixa seletiva de 4 velocidades;
Depósito de combustível	114 litros
Velocidade máxima	73 Km/h
Autonomia	300 Km
Sistema elétrico	6 ou 12 V
Rádio e intercomunicação	S.C.R. 510 ou o S.C.R. 528

Fonte: Adaptado de Academia Militar (s/d)

Apêndice J - GM C15TA "Granadeiro"

Quadro nº13 - GM C15TA "Granadeiro"

Características	
	
<p>Figura nº9 - GM C15TA "Granadeiro"</p> <p>Fonte: (Academia Militar, 2009)</p>	
Tipo	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
Origem	Canadá
Peso	4,55 Ton vazio
Comprimento	4,75 m
Largura	2,34 m
Altura	2,27 m
Guarnição	7 homens + condutor
Blindagem	6 a 14 mm
Declive	53%
Vau	0,61 m
Armamento / Munições	- Inicialmente nenhum; - Em alguns modelos posteriores capacidade de montagem de 2 metralhadoras - 1 x 7,62 mm Browning M1919A4 e/ou 1 x 12,7 mm Browning M2 .50
Motor	General Motors Modelo GMC 270 de 6 cilindros, a gasolina, com 104cv de potência;
Transmissão	Caixa de velocidades manual com 4 velocidades para a frente e 1 para a retaguarda; - Caixa redutora com tração 4x4
Depósito de combustível	189 litros
Velocidade máxima	72 Km/h
Autonomia	714 Km
Sistema elétrico	12 V

Fonte: Adaptado de David (2003)

Apêndice K - Panhard ETT

Quadro nº14 - Panhard ETT

Características	
	
<p>Figura nº10 - Panhard ETT</p> <p>Fonte: (Academia Militar, 2009)</p>	
Tipo	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
Origem	Reino Unido
Peso	13,5 Ton
Comprimento	5,61 m
Largura	2,54 m
Altura	2,11 m
Guarnição	<ul style="list-style-type: none"> - Chefe de carro (Aciona metralhadora da torre); - Condutor da frente (Conduz e aciona metralhadora entre os pneus); - Condutor da retaguarda (auxilia o condutor da frente e conduz só em certas distâncias)
Pessoal transportado	9 a 10 homens com equipamento;
Declive	60%
Vau	1,20 m
Armamento / Munições	2 Metralhadoras 7,62 mm
Motor	<ul style="list-style-type: none"> - Panhard a gasolina de 12 cilindros; - 220 cv de potência
Transmissão	<ul style="list-style-type: none"> - Tracção às 8 rodas; - 3 Combinações de cinco velocidades para a frente e cinco para a retaguarda; - Possibilidade de elevar as 4 rodas centrais durante o deslocamento;
Depósito de combustível	370 litros
Velocidade máxima	110 Km/h
Autonomia	600 a 700 Km
Sistema elétrico	Baterias: 4 de 12 V em paralelo

Fonte: Adaptado de Academia Militar (s/d)

Apêndice L - Chaimite V 200

Quadro nº15 - Chaimite V 200

Características	
	
<p>Figura nº11 - Chaimite V 200</p> <p>Fonte: (Academia Militar, 2009)</p>	
Tipo	VBTP
Origem	Portugal. BRAVIA, Sociedade Luso Brasileira de Viaturas e Equipamentos, S.A.R.L.
Peso	5,9 Ton
Comprimento	5,70 m
Largura	2,26 m
Altura	1,83 m
Guarnição	Até 12 homens
Blindagem	Chapa especial à prova de tiro de calibre 7,62 mm a 0 graus de obliquidade a alça mínima;
Declive	70%
Vau	1 m
Armamento / Munições	- 2 Metralhadoras HK-21 de calibre 7,62 mm; - ou 1 metralhadora Browning calibre 12,7 mm e 1 metralhadora HK-21 calibre 7,62 mm
Defesa individual	11 janelas de tiro para qualquer tipo de arma manual;
Motor	- Gasolina V8, modelo 361, à prova de água; - 210 HP a 3600 rotações;
Transmissão	Manual de 5 velocidades, sincronizada, baixa redução:7,24:1
Embraiagem	De chapa única (33 cm)
Depósito de combustível	2 Depósitos de 150 litros cada
Suspensão	- Molas de folhas múltiplas semielípticas; - Um amortecedor em cada roda.
Velocidade máxima	100 Km/h
Autonomia	- 1000 Km em estrada - 700 Km em todo o terreno
Sistema elétrico	24 Volts, à prova de água e com suspensão completa para equipamento rádio.
Rádio e intercomunicação	1 Emissor-recetor AN/VRC-10 ou equivalente, e 1 Emissor – recetor AN/PRC-10 A ou equivalente

Fonte: Elaboração própria⁹⁴

⁹⁴ PT/AHM/DIV/29/15/370/4 – Viatura Blindada e Anfíbia para Fins Múltiplos

Apêndice M - Orgânica do ERec da Divisão de Infantaria

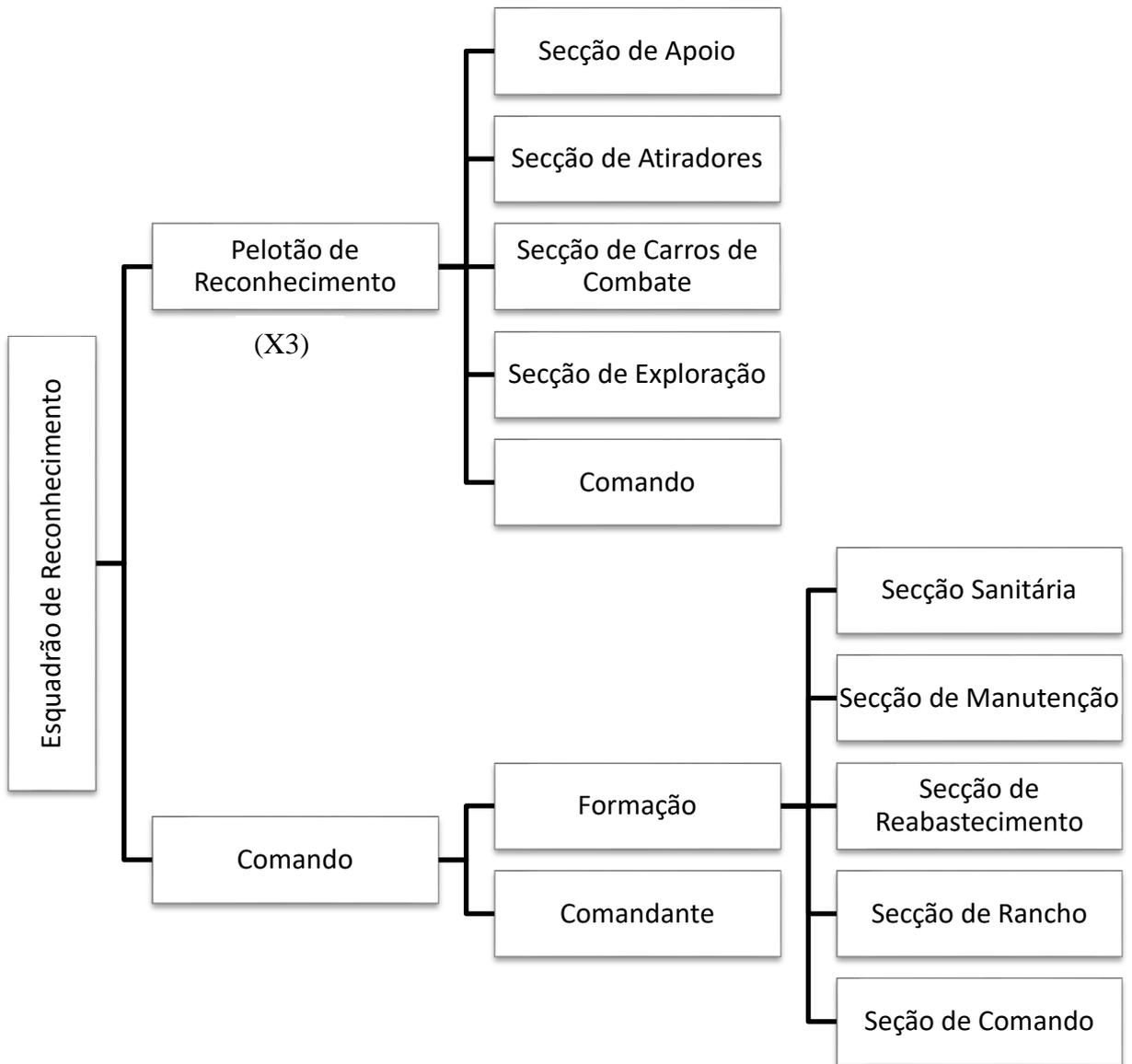


Figura nº12 - Orgânica do ERec da Divisão de Infantaria

Fonte: Adaptado de EME (1954)

Apêndice N - Orgânica do ERec do Regimento de Corpo de Exército

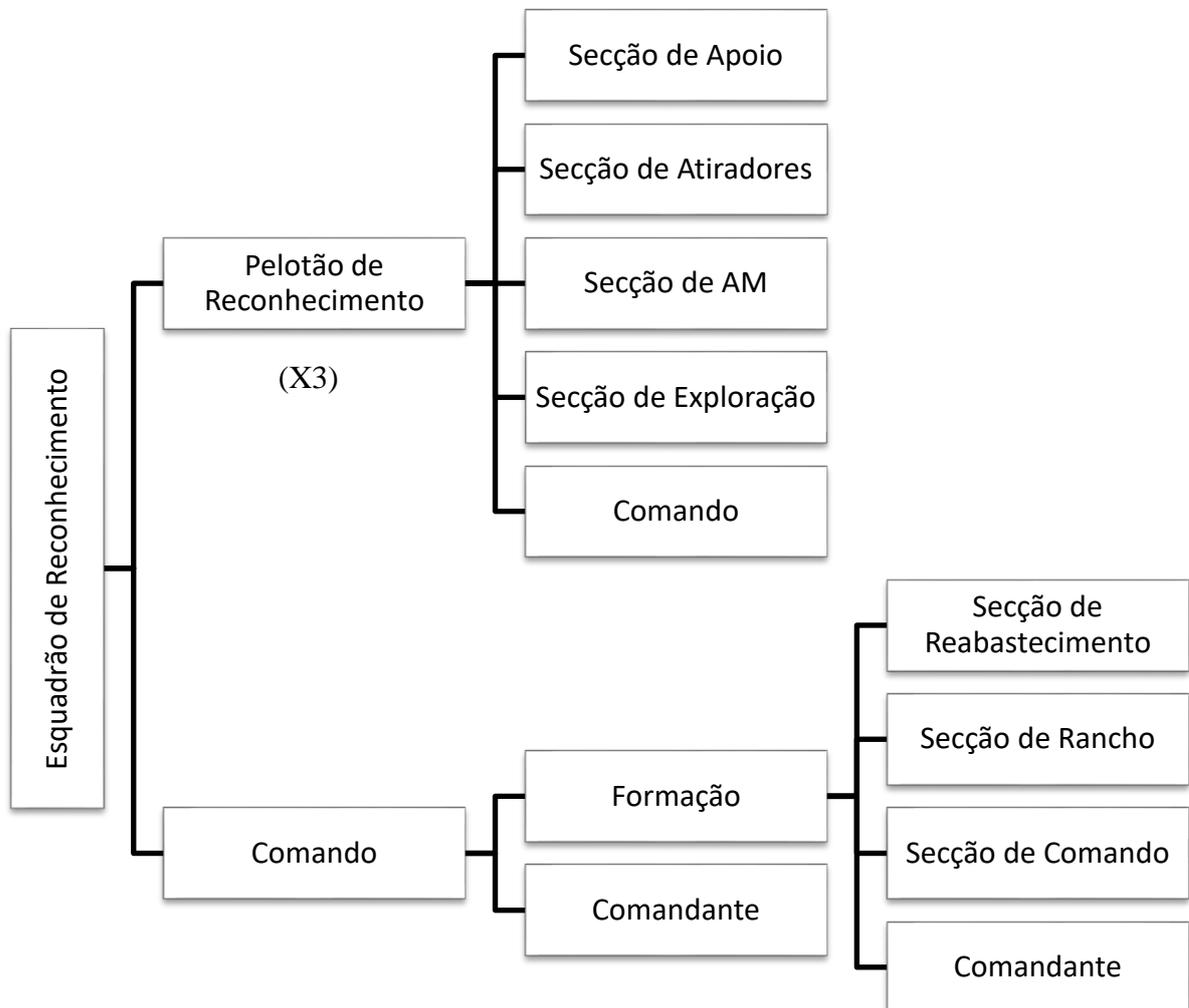


Figura nº13 - Orgânica do ERec do Regimento de Corpo de Exército

Fonte: Adaptado de EME (1954)

ANEXOS

Anexo A – QO 38 – 2B/UM ERec AML Panhard

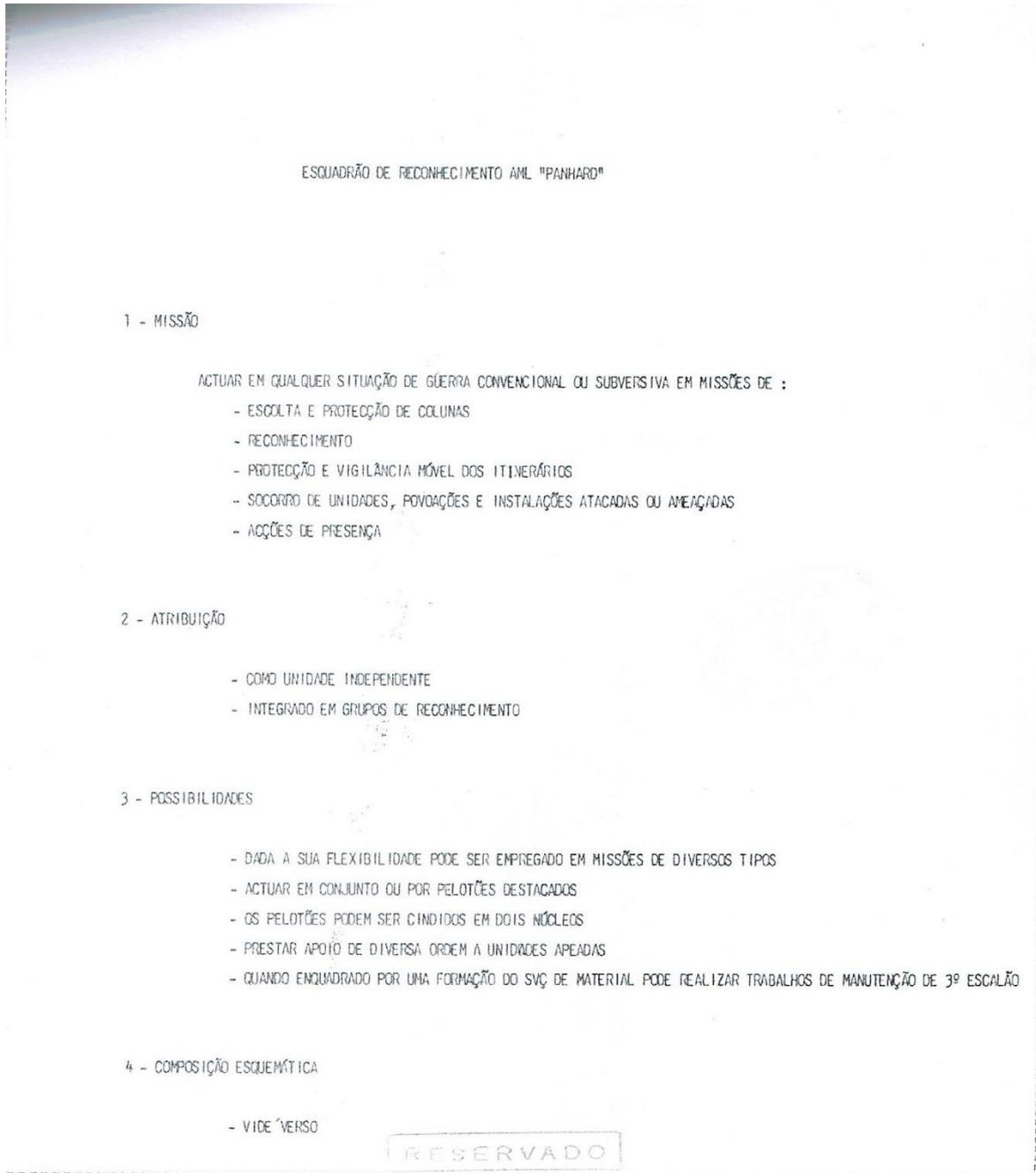


Figura nº14 - QO 38 – 2B/UM ERec AML Panhard folha 1

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

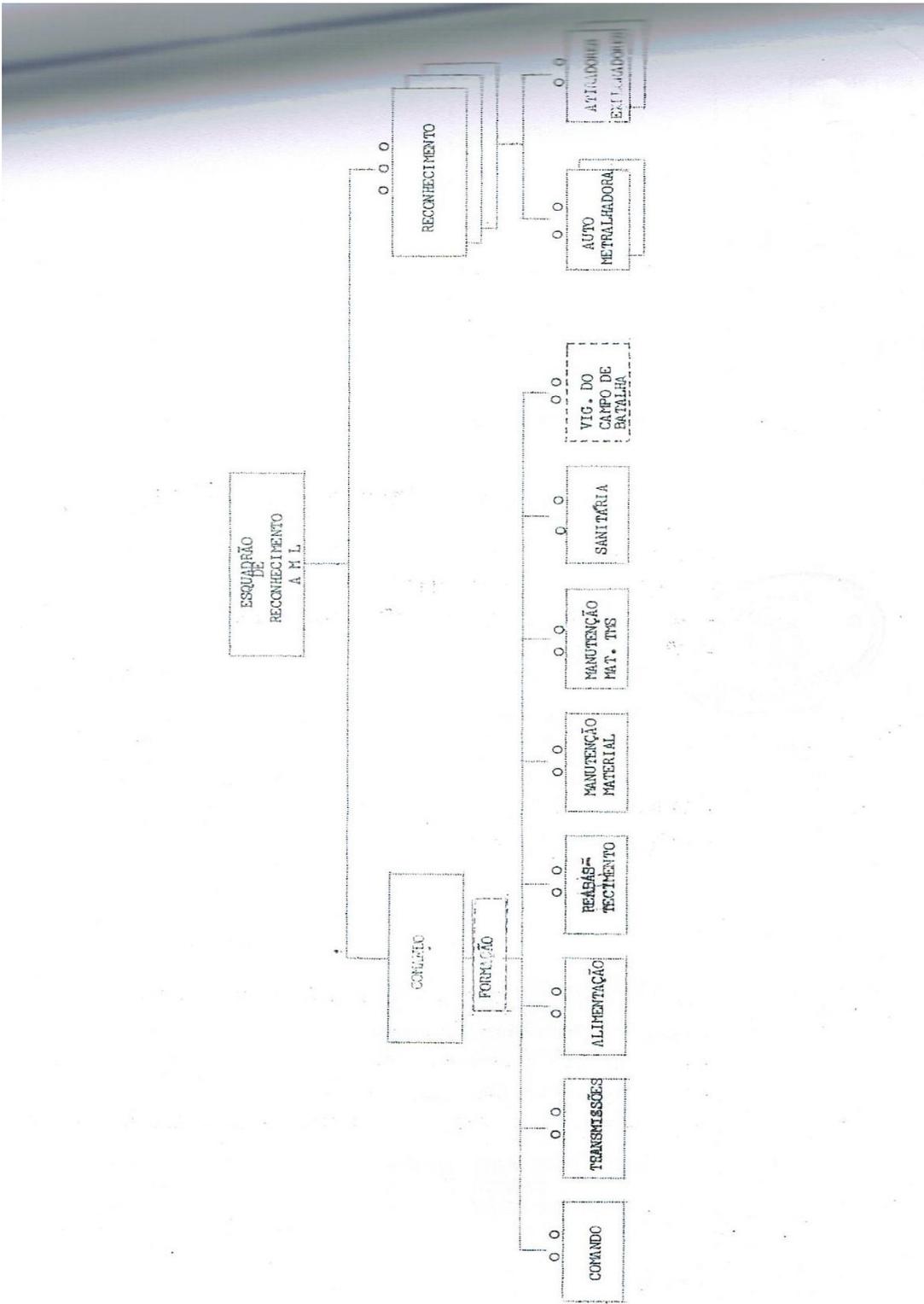


Figura nº15 - QO 38 – 2B/UM ERec AML Panhard folha 2

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

00 38 - 2B/MU
3/3

NÚMERO DE ORDEM	DESIGNAÇÕES	ARMA OU SVÇ	ESPECIALIDADES	PESSOAL					NÚMERO DE OREM		
				OFICIAIS	PRACAS § 1º (A)		PRACAS § 2º (A)				
					SARGENTOS OU FURRIEIS	1ºS CABOS	2ºS CABOS OU SOLDADOS	1ºS CABOS		2ºS CABOS OU SOLDADOS	
66	8. SECCÃO SANITÁRIA									65	
66	COMANDANTE	SADDE	ENFERMEIRO	1						66	
67	AJUDANTES DE ENFERMEIRO	SADDE	AUXILIAR DE ENFERMEIRO				4			67	
68	MAQUEIROS	SADDE	MAQUEIRO					2		68	
69	CONDUTOR AUTO	TPT	CONDUTOR AUTO - R					1		69	
70	AUTOMACA									70	
71	9. SEC DE VIGIL CAMPO DE BAT (11)									71	
72	COMANDANTE	MAT	MECÂNICO DE RADAR	1						72	
73	OPERADORES CHEFES DE RADAR	MAT	MECÂNICO DE RADAR	2						73	
74	OPERADORES	MAT	MECÂNICO DE RADAR		2					74	
75	CONDUTORES AUTO	TPT	CONDUTOR AUTO - R			2				75	
76	VIATURA DE TRANSPORTES DE PESSOAL									76	
77	S O M A			3	15	25	2	6	23	22	77
78	11 - PELOTAO DE RECONHECIMENTO										78
79	A - COMANDO										79
80	COMANDANTE (SUB) (1)	CAV	OFICIAL DE CAVALARIA	1							80
81	APONTADOR	CAV	APONTADOR DE AML PANHARD		1						81
82	AJUDANTE DE ENFERMEIRO (10)	SADDE	AUXILIAR DE ENFERMEIRO								82
83	CONDUTOR	CAV	CONDUTOR DE AML PANHARD		1						83
84	AUTOMETRALHADORAS										84
85	B - 2 SECCOES DE AUTOMETRALHADORAS										85
86	COMANDANTES (1)	CAV	SARG DE CAVALARIA-AML PANHARD	2							86
87	CHEFES DE VIATURA	CAV	SARG DE RECONH -AML PANHARD	2							87
88	APONTADORES	CAV	APONTADOR DE AML PANHARD		4						88
89	CONDUTORES	CAV	CONDUTOR DE AML PANHARD		4						89
90	AUTOMETRALHADORAS										90
91	C - 2 SECCOES DE ATIRAD - EXPLOR (12)										91
92	COMANDANTES	CAV	SARG DE RECONH - AML PANHARD	2							92
93	AUXILIARES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR		2						93
94	APONTADORES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR				2				94
95	MUNICIADORES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR					2			95
96	ATIRADORES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR						2		96
97	CHEFES DE VIATURA CHAIMITE	CAV	REC -A M LIG MVIAT BLIND LIG	2							97
98	OPER DE RADIO /MUNICIADOR CHAIMITE	CAV	APONT DE AM M-VIAT BLIND CHAIMITE		2						98
99	CONDUTORES DE CHAIMITE	CAV	COND DE AM M-VIAT BLIND CHAIMITE		2						99
100	VIATURA BLINDADA P/TPT DE PESSOAL										100
101	S O M A			1	8	16	2	10		10	101

Figura nº16 - QO 38 - 2B/UM ERec AML Panhard folha 3

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 - Cavalaria - Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

Anexo B – QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido

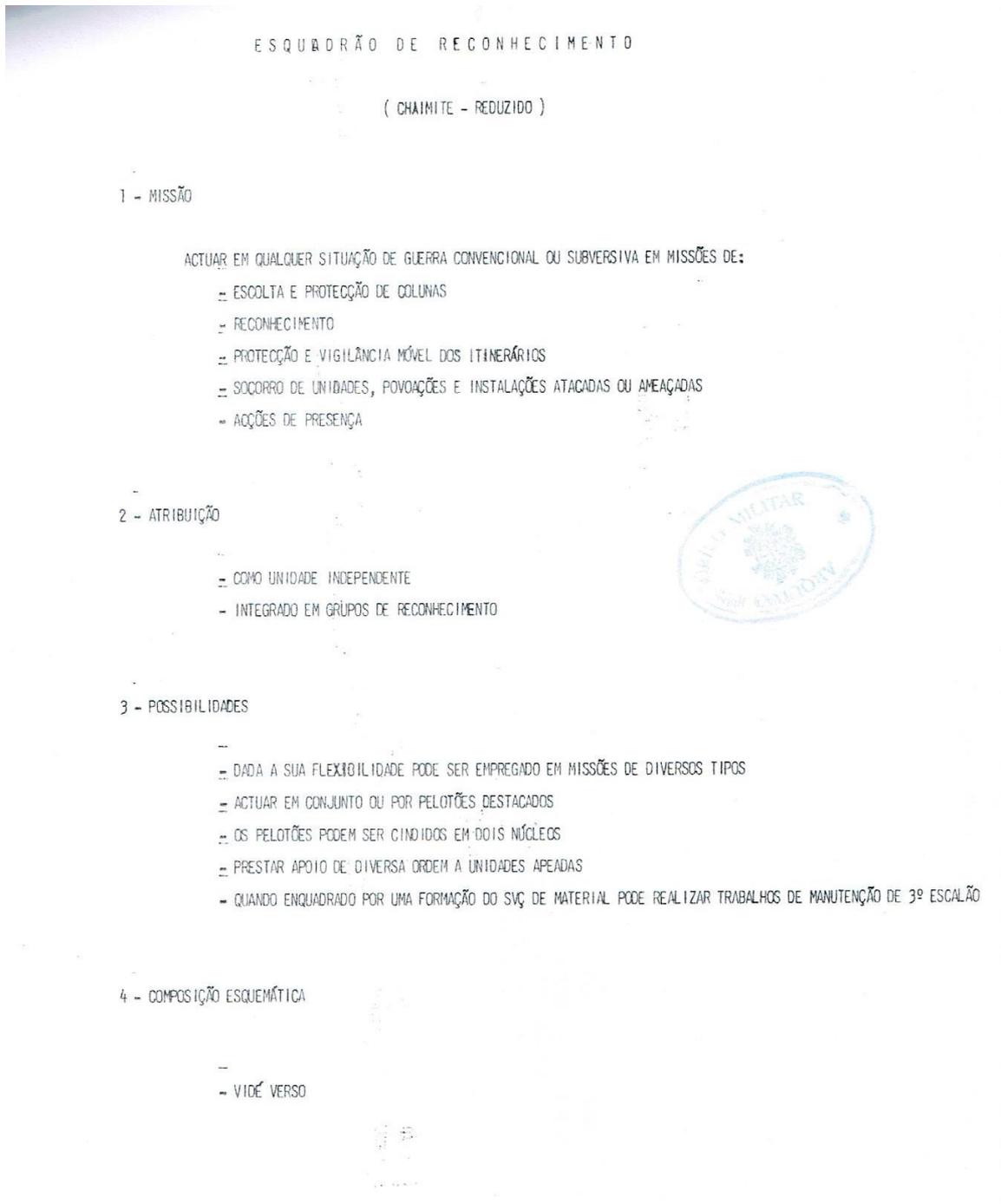


Figura nº17 - QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido folha 1

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

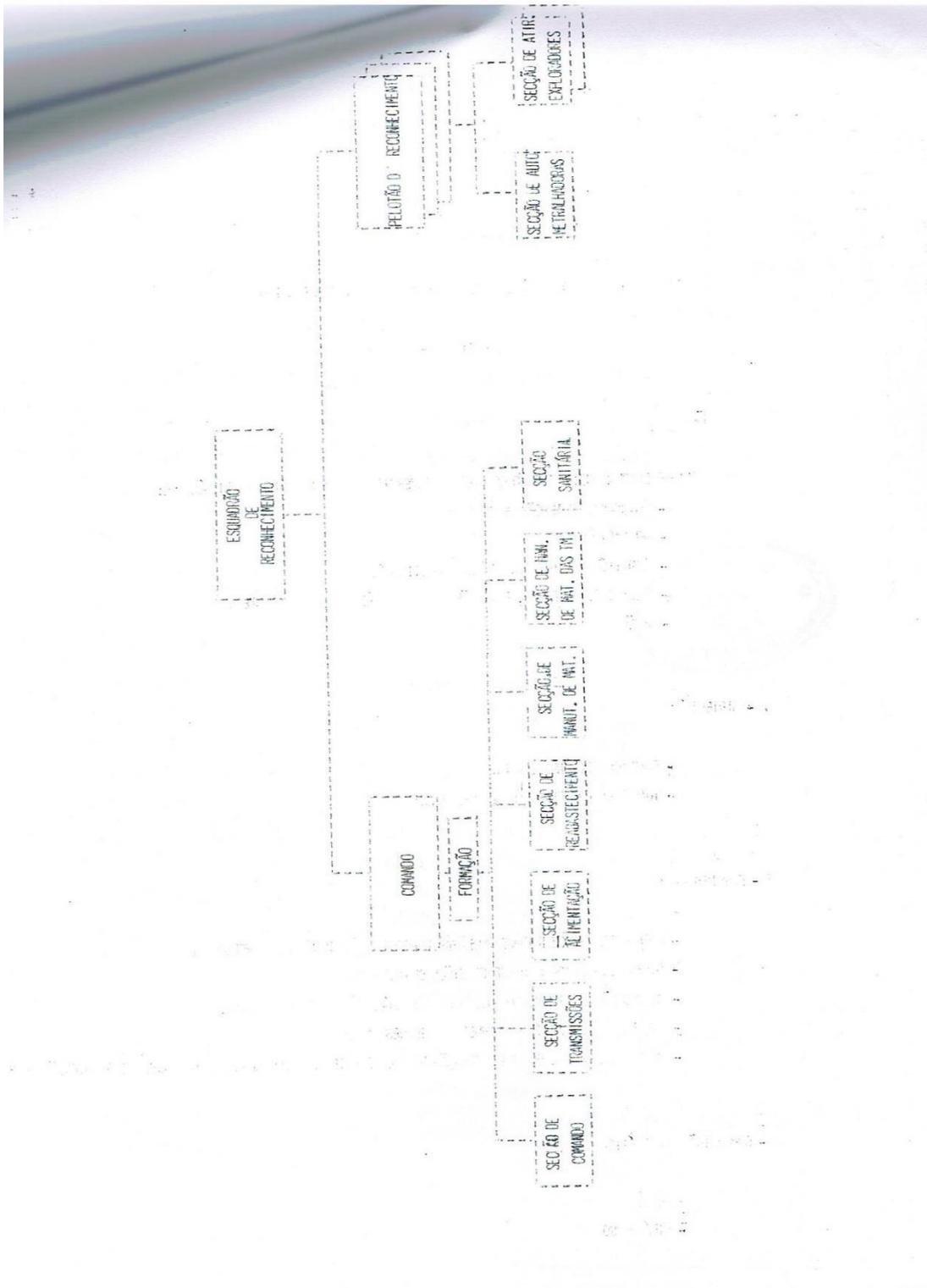


Figura nº18 - QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido folha 2

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

QO 38 - 79A/GAMO
3/3

NÚMERO DE OREH	PESSOAL										NÚMERO DE OREH
	DESIGNAÇÕES	ARMA OU SVÇ	ESPECIALIDADES	OFICIAIS	PRAÇAS § 1º (A)		PRAÇAS § 2º (A)		P.ºs. § 2º B (A)	VIATURAS CHAIMITE	
					SARGENTOS OU FURIEIS	1ºs CABOS	2ºs CABOS OU SOLDADOS	1ºs CABOS			
2	8 - SECÇÃO SANITÁRIA										62
3	COMANDANTE	SAÚDE	ENFERMEIRO								63
4	AJUDANTES DE ENFERMEIRO	SAÚDE	AUXILIAR DE ENFERMEIRO	1				4			64
5	MAQUISTAS	SAÚDE	MAQUISTAS						2		65
6	CONDUTOR AUTO	SAÚDE	CONDUTOR AUTO - R						1		66
7	AUTOMACA	TPT									67
8	S O M A										68
9	11 - PELOTAO DE RECONHECIMENTO										69
10	A - COMANDO										70
	COMANDANTE (SUB) (1) (c)	CAV	OFICIAL DE CAVALARIA	1							71
	OPERADOR RÁDIO CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		1						72
	MUNICIADOR CHAIMITE (d)	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		1						73
	CONDUTOR DE CHAIMITE	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		1						74
	AJUDANTE DE ENFERMEIRO (10)	SAÚDE	AUXILIAR DE ENFERMEIRO							1	75
	AUTOMETRALHADORA CHAIMITE										76
	B - 1 SECÇÃO DE AUTOMETRALHADORAS										77
	COMANDANTE (1) (c)	CAV	SARG CAV - AUTOMETRALHADORA	1							78
	CHEFE VIATURA / APONTADOR	CAV	REC AM LIG - VIAT BLIND LIG	1							79
	OPERADOR RÁDIO CHAIMITE	CAV	APONTADOR AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2						80
	MUNICIADOR CHAIMITE (d)	CAV	COND AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2						81
	CONDUTOR CHAIMITE	CAV	COND AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2						82
	AUTOMETRALHADORAS CHAIMITE									2	83
	C - 2 SECÇÕES DE ATIR-EXPLORADOR (11)										84
	COMANDANTE (e)	CAV	REC AM LIG - VIAT BLIND LIG	2							85
	AUXILIARES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR		2						86
	APONTADORES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR			2					87
	MUNICIADORES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR				2				88
	ATIRADORES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR					2	8		89
	CHEFE VIAT CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2						90
	OP DE RÁDIO / MUNICIADOR CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2						91
	CONDUTOR DE CHAIMITE	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2						92
	VIAT BL P/TRANSP DE PES (CHAIMITE)									2	93
	S O M A										94

Figura nº19 -QO 38 79A/GAMO ERec Chaimite Reduzido folha 3

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

Anexo C – QO 38 83A/GAMO ERec Chaimite – AML Reduzido

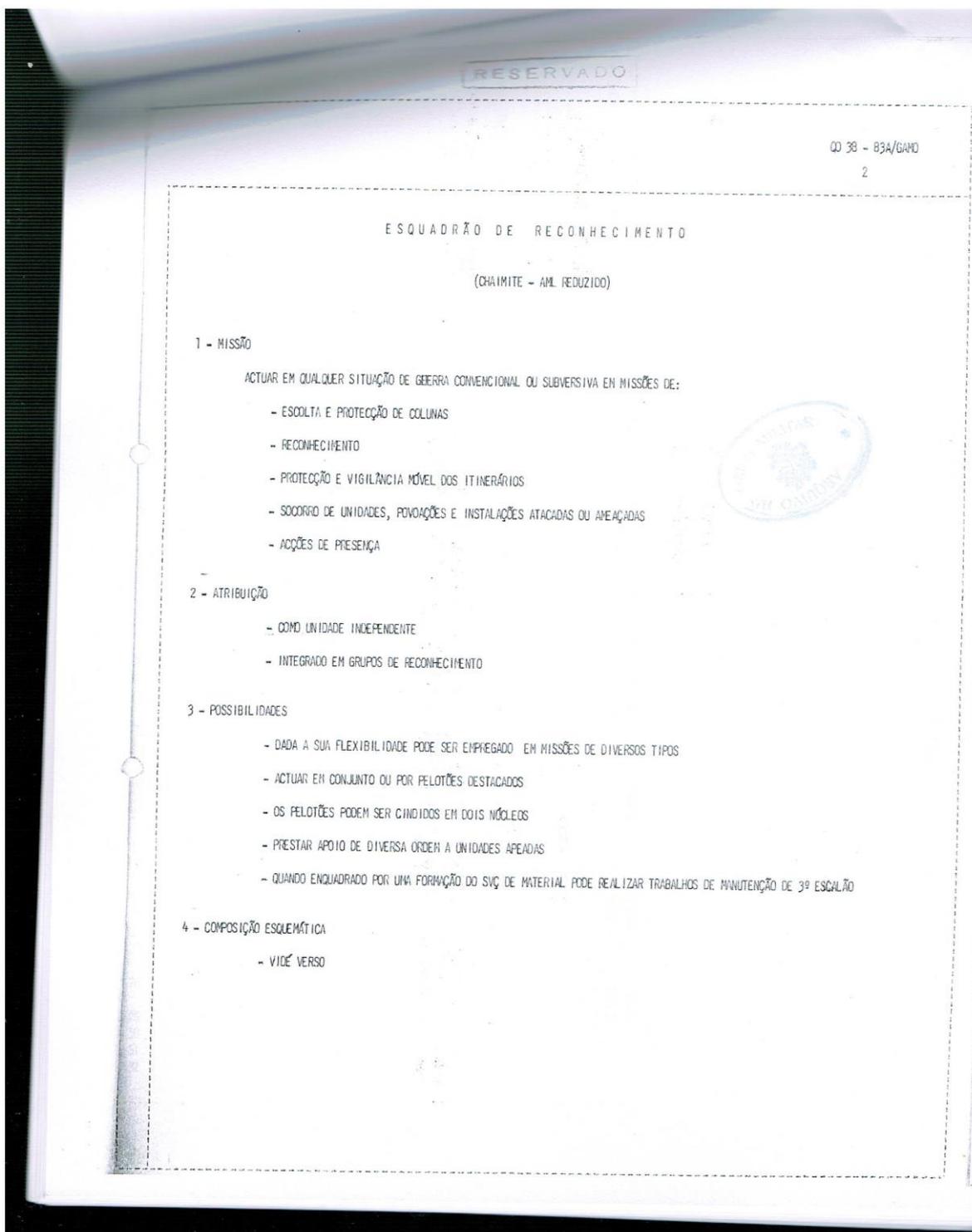


Figura nº20 - QO 38 83A/GAMO ERec Chaimite – AML Reduzido folha 1

QO 38 - 83A/GAMO
3/3

NÚMERO DE ORDEM	DESIGNAÇÕES	PESSOAL										NÚMERO DE ORDEM
		ARMA OU SVÇ	ESPECIALIDADES	OFICIAIS	SARGENTOS OU FURTEIS	PRAÇAS 51ª (A)		PRAÇAS 62ª (A)		SOLDADOS	AJ. VIÁTICOS BLINDADOS	
						1ª. CABOS	2ª. CABOS OU SOLDADOS	1ª. CABOS	2ª. CABOS OU SOLDADOS			
62	8 - SECÇÃO SANITÁRIA											62
63	COMANDANTE	SAÚDE	ENFERMEIRO		1							63
64	AJUDANTES DE ENFERMEIRO	SAÚDE	AUXILIAR DE ENFERMEIRO									64
65	MAQUEIROS	SAÚDE	MAQUEIRO				4					65
66	CONDUTOR AUTO	TPT	CONDUTOR AUTO - R					2				66
67	AUTOMACA							1				67
68	S O M A			3	10	21	6	24	22	1		68
69	11 - PELOTO DE RECONHECIMENTO											69
70	A - COMANDO											70
71	COMANDANTE (SUB) (1) (c)	CAV	OFICIAL DE CAVALARIA	1								71
72	APONTADOR	CAV	AP DE AM - AML PANHARD			1						72
73	CONDUTOR	CAV	CONDUTOR DE AM - AML PANHARD			1						73
74	AJUDANTE DE ENFERMEIRO (10)	SAÚDE	AUXILIAR DE ENFERMEIRO									74
75	AUTOMETRALHADORA (d)									1		75
76	B - 1 SECÇÃO DE AUTOMETRALHADORAS (AML)											76
77	COMANDANTE (1) (c)	CAV	SARG CAVI - AML PANHARD		1							77
78	CHEFE DE VIATURA	CAV	REC AM LIG - VIAT BLIND LIG		1							78
79	APONTADOR	CAV	APONTADOR DE AM - AML PANHARD			2						79
80	CONDUTOR	CAV	CONDUTOR DE AM - AML PANHARD			2						80
81	AUTOMETRALHADORAS (d);									2		81
82	C - 2 SECÇÕES DE ATIR - EXPLORADOR (11)											82
83	COMANDANTE (e)	CAV	REC AM LIG - VIAT BLIND LIG		2							83
84	AUXILIARES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR			2						84
85	APONTADORES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR									85
86	MUNICADORES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR				2					86
87	ATIRADORES	CAV	ATIRADOR EXPLORADOR					2				87
88	CHEFE VIAT CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2		8				88
89	OP DE RÁDIO / MUNICADOR CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2						89
90	CONDUTOR DE CHAIMITE	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE			2						90
91	VIAT BL P/TRANSP DE PES (CHAIMITE)									2		91
92	S O M A			1	4	14	2	10	3	2		92

Figura nº22 - QO 38 83A/GAMO ERec Chaimite – AML Reduzido folha 3

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

Anexo D – QO 38 80A/UM ERec Chaimite

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO
(CHAIMITE)

1 - MISSÃO

ACTUAR EM QUALQUER SITUAÇÃO DE GUERRA CONVENCIONAL OU SUBVERSIVA EM MISSÕES DE:

- ESCOLTA E PROTECÇÃO DE COLUNAS
- RECONHECIMENTO
- PROTECÇÃO E VIGILÂNCIA MÓVEL DOS ITINERÁRIOS
- SOCORRO DE UNIDADES, POVOAÇÕES E INSTALAÇÕES ATACADAS OU AMEAÇADAS
- ACÇÕES DE PRESENÇA

2 - ATRIBUIÇÃO

- COMO UNIDADE INDEPENDENTE
- INTEGRADO EM GRUPOS DE RECONHECIMENTO

3 - POSSIBILIDADES

- DADA A SUA FLEXIBILIDADE PODE SER EMPREGADO EM MISSÕES DE DIVERSOS TIPOS
- ACTUAR EM CONJUNTO OU POR PELOTÕES DESTACADOS
- OS PELOTÕES PODEM SER CINDIDOS EM DOIS NÚCLEOS
- PRESTAR APOIO DE DIVERSA ORDEM A UNIDADES APEADAS
- QUANDO ENQUADRADO POR UMA FORMAÇÃO DO SVQ DE MATERIAL PODE REALIZAR TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DE 3º ESCALÃO

4 - COMPOSIÇÃO ESQUEMÁTICA

- VIDÉ VERSO

DESCLASSIFICADO
POR ORDEM DE: _____
POSTO _____ NOME _____ CARGO _____
LISBOA - A. M. M. - 1974

Figura nº23 - QO 38 80A/UM ERec Chaimite folha 1

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

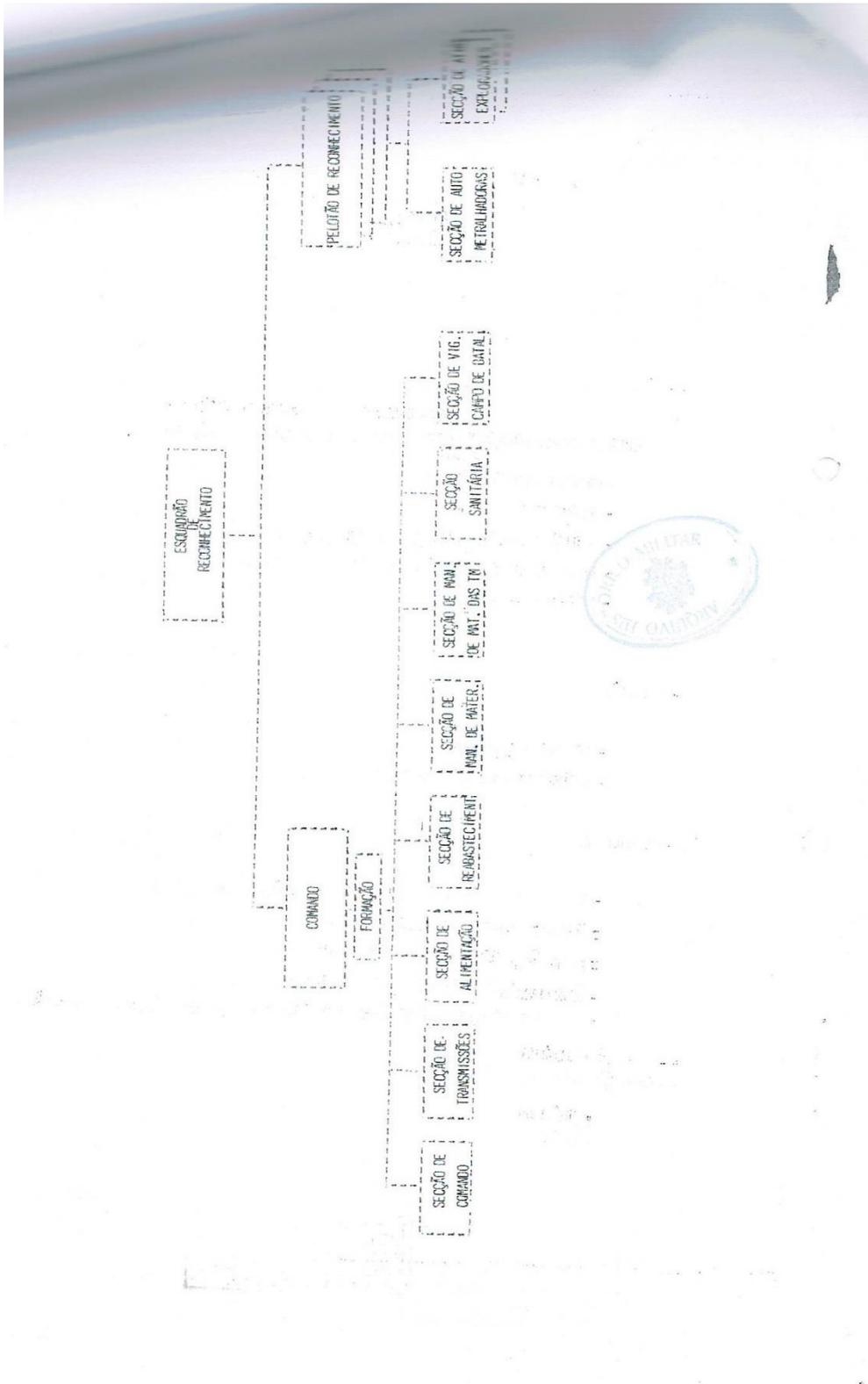


Figura nº24 - QO 38 80A/UM ERec Chaimite folha 2

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 – Cavalaria – Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX

		RESERVADO		00 38 - 80A/MU		3/3			
NÚMERO DE ORDEM	DESIGNAÇÕES	ARMA OU SVQ	ESPECIALIDADES	PESSOAL				VIAT CHAIMITE	NÚMERO DE ORDEM
				OFICIAIS	SARGENTOS OU FURRIEIS	PRACAS § 1º(A)	PRACAS § 2º(A)		
				1ºs. CABOS	2ºs. CABOS OU SOLDADOS	1ºs. CABOS	2ºs. CABOS OU SOLDADOS	SOLDADOS	VIAT CHAIMITE
71	9 - SEÇÃO DE VIGIL CAMPO DE BATALHA(11)								71
72	COMANDANTE	MAT	MECÂNICO DE RADAR	1					72
73	OPERADORES CHEFES DE RADAR	MAT	MECÂNICO DE RADAR	2					73
74	OPERADORES	MAT	MECÂNICO DE RADAR		2				74
75	CONDUTORES AUTO	TPT	CONDUTOR AUTO - R						75
76	VIAT DE TRANSPORTE DE PESSOAL								76
	SOMA			3	15	26	2	6	23
77								22	1
78									2
79	II - PELOTO DE RECONHECIMENTO								
80	A - COMANDO								
81	COMANDANTE (SUB) (1) (c)	CAV	OFICIAL DE CAVALARIA	1					
82	OPERADOR RÁDIO CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLINDADA CHAIMITE		1				
83	MUNICIAADOR CHAIMITE (d)	CAV	COND DE AM - VIAT BLINDADA CHAIM		1				
84	CONDUTOR CHAIMITE	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		1				
85	AJ DE ENFERMEIRO (10)	SAÚDE	AUXILIAR DE ENFERMEIRO					1	
86	AUTOMETRALHADORA CHAIMITE								
87	B - 1 SEÇÃO DE AUTOMETRALHADORAS								
88	COMANDANTE (1) (c)	CAV	SARG DE CAV AUTOMETRALHADORAS	1					
89	CHEFE DE VIATURA / APONTADOR	CAV	REC AM LIG E VIAT BLIND LIG	1					
90	OPERADOR RÁDIO CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2				
91	MUNICIAADORES CHAIMITE (d)	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2				
91A	CONDUTORES CHAIMITE	CAV	COND DE AM - VIATURA BLIND CHAIM		2				
92	AUTOMETRALHADORAS-CHAIMITE								2
93	C - 2 SEÇÕES DE ATIR-EXPLORADOR (12)								
94	COMANDANTES (e)	CAV	REC AM LIG E VIAT BLIND LIG	2					
95	AUXILIARES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR		2				
96	APONTADORES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR					2	
97	MUNICIAADORES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR					8	
98	ATIRADORES	CAV	ATIRADOR - EXPLORADOR						
99	CHEFES DE VIAT CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2				
100	OP RÁDIO / MUNICIAADOR CHAIMITE	CAV	AP DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2				
101	CONDUTORES DE CHAIMITE	CAV	COND DE AM - VIAT BLIND CHAIMITE		2				
102	VIAT BLIND P/TPT DE PES (CHAIMITE)								2
	SOMA			1	4	17	2	10	3
103	RESUMO								2
104	I - COMANDO			3	15	26	2	6	23
105	II - 3 PELOTOES DE RECONHECIMENTO			3	12	51	6	6	30
106	TOTAL			6	27	77	2	12	53
107	TOTAL GERAL								22
									10
									8
									107

Figura nº25 - QO 38 80A/UM ERec Chaimite folha 3

Fonte: PT/AHM/DIV/2/10/37/1 - Cavalaria - Esquadrões de Reconhecimento Chaimite, AML Panhard e FOX